

BRF S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.838.723/0001-27
NIRE 42.300.034.240

MANUAL DE ACIONISTAS PARA PARTICIPAÇÃO NA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

31 DE MARÇO DE 2025

ÍNDICE

1 – Mensagem da Administração	p. 03
2 – Orientação para Participação na Assembleia Geral Ordinária	
2.1. Participação na Assembleia Digital	
2.1.1 Detentores de Ações	
2.1.1.1 Acionistas Pessoas Físicas	p. 05
2.1.1.2. Acionistas Pessoas Jurídicas	p. 05
2.1.1.3. Acionistas Representados por Procuração	p. 06
2.1.1.4. Acionistas Estrangeiros	p. 06
2.1.1.5. Orientações para acesso à Plataforma Digital	p. 06
2.1.2. Detentores de <i>American Depositary Receipts</i> – ADRs	p. 07
2.2 – Participação por meio do boletim de voto a distância	p. 07
2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia	p. 08
2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia	p. 09
2.2.3. Por instruções de preenchimento transmitidas ao depositário central das ações da Companhia	p. 10
2.2.4. Mediante encaminhamento do Boletim de Voto a Distância diretamente à BRF	p. 10
2.3. Quóruns Aplicáveis à AGO	p. 11
2.3.1. Quóruns de Instalação	p. 11
2.3.2. Quórum de Deliberação	p. 12
2.4. Conflito de Interesses	p. 12
3 – Proposta do Conselho de Administração	p. 13

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A BRF S.A. (“BRF” ou “Companhia”) é uma companhia cujas ações concedem direitos igualitários a seus titulares e que oferece mecanismos de proteção equânimes para seus acionistas.

Nossas ações são listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”), com ADRs de nível III.

Em linha com a política de elevado nível de governança corporativa adotada pela Companhia, e, dentro dos princípios de transparência, homogeneidade e equidade definidos para o nosso relacionamento com nossos investidores, convidamos os Acionistas para participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) convocada para o dia 31 de março de 2025, às 12h00 horas, a ser realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Zoom (“Plataforma Digital”).

Reforçando nossa preocupação com as informações prestadas, disponibilizamos no *website* de Relações com Investidores (<http://ri.brf-global.com>, no item Governança Corporativa) e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br) e da *Securities and Exchange Commission* (www.sec.gov), todos os documentos legalmente exigíveis e outros que julgamos necessários para respaldar o entendimento e a tomada pelos acionistas das decisões que serão objeto de deliberação nesta AGO, bem como este Manual.

Teremos os seguintes assuntos para aprovação:

I – Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2024;
- (iii) Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2025;
- (iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; e

(v) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2025.

Contamos com a sua participação em nossa AGO, pois nela serão tratadas questões relevantes para a Companhia e que se refletem na geração efetiva de valor para nossos acionistas.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado aos nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está preparada e à disposição para dirimir quaisquer dúvidas ou para orientá-los.

Contando com a sua presença, aproveitamos para apresentar nossa consideração e apreço.

Cordialmente,

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

Miguel de Souza Gularte
Diretor Presidente Global

Fabio Luis Mendes Mariano
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

2 – ORIENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.1. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA DIGITAL

2.1.1. DETENTORES DE AÇÕES

A AGO será realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81/2022, por meio da plataforma digital Zoom (“Plataforma Zoom”).

Na forma prevista no artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia entende ser mais adequada a realização da Assembleia ora convocada da forma exclusivamente digital, uma vez que este formato permite maior participação dos acionistas, pois viabiliza a presença de acionistas de qualquer local do Brasil e do exterior, bem como reduz os custos tanto para a participação dos acionistas como para a realização do conclave.

A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGO, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

Conforme disposto no artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas interessados em participar da AGO, pessoalmente ou por meio de procuradores, deverão manifestar tal interesse, até às 12h00 do dia 29 de março de 2025, data que antecede em 2 (dois) dias a realização da AGO, enviando, exclusivamente por meio da plataforma Qi Central (“Plataforma Qi Central”) (<https://qicentral.com.br/m/assembleia-brf-2025>), as vias digitalizadas dos seguintes documentos:

2.1.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das ações.

2.1.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das ações; e
- No caso de Fundos de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no §1º do artigo 126 da Lei das S.A.. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e
- Documento de identificação do procurador com foto.

Caso o acionista já tenha participado de outras assembleias gerais utilizando o envio de documentos pela Plataforma Qi Central, deve utilizar as mesmas credenciais de acesso, digitando seu e-mail e senha. Caso seja a primeira vez, deverá clicar em “*Inscreeva-se agora*” e informar seu endereço de e-mail. O sistema encaminhará um código de verificação para o e-mail cadastrado para conclusão do processo de cadastramento.

O representante de mais de um acionista deverá, obrigatoriamente, enviar as vias digitalizadas da documentação de representação necessária para a habilitação de cada acionista a ser por ele representado na AGO, conforme indicado acima.

2.1.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser traduzidos na forma juramentada, não sendo necessária sua notarização e consularização.

2.1.1.5. ORIENTAÇÕES PARA ACESSO À PLATAFORMA DIGITAL

Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na AGO, a Companhia encaminhará aos acionistas (ou a seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que tenham apresentado a documentação requerida no prazo e nas condições acima descritas, por e-mail, os convites individuais de acesso à Plataforma Zoom e as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO, incluindo a senha necessária para tanto.

Os acionistas que não apresentarem os documentos acima requeridos no prazo (até às 12h00 do dia 29 de março de 2025) e na forma acima referidos não poderão participar da AGO.

O acionista que tenha enviado devidamente a documentação requerida e não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO até o dia 30 de março de 2025, deverá entrar em contato com a Companhia e-mail acoes@brf.com a

fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso à Plataforma Zoom.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Zoom. A BRF não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Zoom com o equipamento do acionista ou do seu representante. A AGO será gravada, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II da Resolução CVM nº 81/2022.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Zoom (por vídeo e áudio). A Companhia recomenda ainda aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGO com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

O acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à AGO (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e §1º, da Resolução CVM nº 81/2022.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Zoom, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual.

2.1.2. DETENTORES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS - ADRs

Os detentores de ADRs serão representados na AGO pelo *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de instituição depositária, nos termos do “*Deposit Agreement*” celebrado com a Companhia. Não será admitida a participação dos detentores de ADR na AGO por meio da Plataforma Zoom.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da AGO mediante o preenchimento e envio dos boletins de voto a distância (“Boletim”), cujos modelos foram disponibilizados, separadamente, no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.brf-global.com>, no item Governança Corporativa) e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Nesse sentido, o Boletim deverá:

- ser acessado, para impressão e preenchimento prévios, no item “Governança Corporativa” do *site* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.brf-global.com>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); e
- ser recebido no prazo de até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia **27 de março de 2025 (inclusive)**, salvo se prazo diverso, sempre anterior a esse, for estabelecido pelos custodiantes, pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, na qualidade de depositária central das ações de emissão da Companhia, ou pelo Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da BRF, o Bradesco, observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco até 27.03.2025, **durante o horário de expediente bancário local**, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X

Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

- Rede de Agências Bradesco
- Telefone: 0800 701 16 16
- WhatsApp da BIA: (11) 3335-0237
- E-mail: dac.escrituracao@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento do Boletim por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os Boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seus respectivos agentes de custódia deverão observar as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim é facultativa para os agentes de custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Caso seu respectivo agente de custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim e documentos aplicáveis à B3, na qualidade

de depositária central das ações da Companhia, ou diretamente à própria Companhia, conforme os itens 2.2.3 e 2.3.4 a seguir.

2.2.3. Por instruções de preenchimento transmitidas à B3, na qualidade de depositária central das ações da Companhia

Essa opção também se destina, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas na B3.

Nesse caso, o acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância mediante a transmissão de sua instrução de voto diretamente à B3, na qualidade de depositária central, deverá observar as regras e procedimentos operacionais determinadas pela própria B3 para a coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância.

2.2.4. Mediante encaminhamento do Boletim de Voto a Distância Diretamente à BRF

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 a 2.2.3 acima, enviar o Boletim diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão, **até o dia 27 de março de 2025**, enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, exclusivamente por meio da Plataforma Qi Central (<https://qicentral.com.br/m/assembleia-brf-2025>), juntamente com as vias digitalizadas dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores); e
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma do Boletim, tampouco a sua consularização.

Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos na forma juramentada, não sendo necessária a sua notariação e consularização.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja integralmente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

A BRF ressalta que:

- conforme determinado pelo artigo 44 da Resolução CVM nº 81/2022, a Central Depositária da B3, ao compilar as instruções de voto recebidas por meio dos agentes de custódia e aquelas que recebeu diretamente, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 27 de março de 2025, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na AGO, pessoalmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação; e
- conforme previsto no artigo 49 da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da AGO ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapasse 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

2.3. QUÓRUNS APLICÁVEIS À AGO

2.3.1. Quóruns de Instalação

De acordo com o artigo 125 da Lei das S.A., ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.

Caso o quórum aplicável em primeira convocação não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia, podendo, em segunda convocação, ser instalada com qualquer número de acionistas presentes.

2.3.2. Quórum de Deliberação

Para aprovação das matérias constantes da ordem do dia da AGO será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos votos presentes na Assembleia, não se computando os votos em branco, nos termos do Artigo 129 da Lei das S.A..

2.4. CONFLITO DE INTERESSES

Conforme previsto na Lei das S.A., o acionista não poderá votar nas deliberações da AGO relativas à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Havendo alegação por qualquer dos acionistas presentes sobre suposto conflito de interesse de acionista que o impeça de votar na AGO, ou, ainda, sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto e não tendo o próprio acionista declarado seu impedimento, o presidente ou secretário da mesa da AGO deverá suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação, juntamente com eventual manifestação contrária do acionista em questão, antes de colocar a matéria em votação.

O próprio presidente da mesa da AGO poderá, em constatando um possível impedimento de voto, solicitar ao acionista esclarecimento sobre a situação, antes de colocar a matéria em votação.

Em linha com o entendimento da CVM, o presidente da mesa somente tem o poder de declarar o impedimento de voto em situações em que tal impedimento seja inequívoco e o acionista não se abstenha de votar, não lhe sendo facultado impedir o voto em outras situações, sem prejuízo das disposições legais sobre a eventual anulabilidade do voto proferido.

3 – PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRF S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.838.723/0001-27
NIRE 42.300.034.240

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2025

Prezados Acionistas,

Em atenção ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81/2022, apresentamos a seguir a proposta da administração (“Proposta”) da **BRF S.A.** (“Companhia” ou “BRF”), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 31 de março de 2025, às 12h00 horas (“AGO”), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Zoom (“Plataforma Zoom”):

I. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Proposta da Administração: Aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Exercício de 2024”), acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria e Integridade e dos comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, conforme determinado pelo Item 2 do formulário de referência e nos termos do **Anexo I** à presente Proposta, conforme exigido pelo artigo 10 da Resolução CVM nº 81/2022.

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2024;

Proposta da Administração: A Administração da Companhia submete aos acionistas a proposta de destinação dos resultados face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no montante total de **R\$3.213.273.542,81**, que, deduzido da parcela destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, no valor de **R\$160.663.577,14**, e do montante destinado à reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, no valor de **R\$639.740.964,50**, perfaz um lucro líquido ajustado total de **R\$2.412.869.001,17** e **R\$11.978.952,14** de ganhos atuariais.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, do montante total de **R\$2.412.869.001,17**, apurado a título de lucro líquido ajustado para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o valor equivalente a (i) **R\$1.145.999.411,28** corresponde aos dividendos distribuídos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, conforme detalhado no parágrafo seguinte; (ii) **R\$482.573.400,23** deverão ser destinados à Reserva para Aumento de Capital, na forma prevista no artigo 36, item (iii), do Estatuto Social; e (iii) **R\$784.296.189,66** deverão ser destinados à Reserva de Expansão, na forma prevista no artigo 36, item (iv), do Estatuto Social.

Adicionalmente, o montante de R\$**11.978.952,14**, vinculados aos ganhos atuariais foram destinados à Reserva de Expansão. Dessa forma, o montante total destinado a esta reserva foi de R\$**796.275.141,80**.

A Administração ressalta que, do valor total bruto de R\$**1.145.999.411,28**, distribuído aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, sendo este no valor líquido de R\$**995.221.671,55**, (i) R\$**821.605.432,76** correspondem ao valor líquido dos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2024 e pagos em 05 de dezembro de 2024; e (ii) R\$**173.616.238,79** correspondem ao valor líquido dos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em 4 de dezembro de 2024 e pagos em 30 de dezembro de 2024.

Considerando que o valor dos juros sobre o capital próprio já distribuídos aos acionistas ultrapassa o montante do dividendo obrigatório previsto no artigo 36, item (ii), do Estatuto Social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, não será proposta à AGO nova distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2024.

Para melhor compreensão da proposta de destinação dos resultados, o **Anexo II** à presente Proposta contém as informações exigidas pelo Anexo A à Resolução CVM nº 81/2022.

(iii) Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2025.

Proposta da Administração: Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, aprovar a remuneração global anual referente ao exercício social de 2025 para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia no valor de até R\$**131.056.939,17**. Tal valor refere-se ao limite proposto para a remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos) e benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, bem como a remuneração variável (participação nos resultados) e valores relacionados à remuneração baseada em ações prevista no Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e no Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia, conforme abaixo sintetizado:

	Aprovado 2024	Realizado 2024	Proposta 2025
Conselho de Administração (em milhares de reais)			
<i>Honorários + Benefícios</i>	12.000	11.121	13.180
<i>Remuneração baseada em ações</i>	0	0	0
Total Conselho de Administração	12.000	11.121	13.180
Diretoria Estatutária (em milhares de reais)			
<i>Honorários + Benefícios</i>	48.497	34.025	58.947
<i>Remuneração baseada em ações</i>	23.545	20.261	30.341
<i>Participação nos Resultados</i>	40.058	50.564	28.589
Total Diretoria Estatutária	112.100	104.849	117.877
TOTAL Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	124.100	115.970	131.057

O valor proposto para o exercício social de 2025 considera a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") sobre o valor referente à remuneração global dos administradores aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024.

A proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025 não leva em consideração os encargos sociais de ônus do empregador, conforme entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM nº 19957.007457/2018-10.

Constam do **Anexo III** à presente Proposta as informações relativas ao item 8 do formulário de referência, conforme exigido pelo artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022.

(iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes.

Proposta da Administração: Tendo em vista que o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia encerra-se na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua eleição, conforme disposto no artigo 161, § 5º da Lei nº 6.404/1976, e que o artigo 30 do Estatuto Social estabelece que a Companhia terá um Conselho Fiscal com funcionamento permanente, propõe-se a eleição, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2026, dos seguintes membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antonio Mathias Nogueira Moreira	Attilio Guaspari
Ricardo Florence dos Santos	Marco Antônio Peixoto Simões Velozo
Alexandre Eduardo De Melo	José Luiz de Souza Gurgel

Constam do **Anexo IV** à presente Proposta as informações relativas aos candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos dos Itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, conforme exigido pelo artigo 11 da Resolução CVM nº 81/2022.

(v) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

Proposta da Administração: Nos termos do artigo 16, inciso V, do Estatuto Social, aprovar a remuneração referente ao exercício social de 2025 para os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia em montante correspondente a 10% do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, considerando o valor máximo de **R\$943.060,83** conforme abaixo sintetizado:

	Aprovado 2024	Realizado 2024	Proposta 2025
Conselho Fiscal (em milhares de reais)			
Honorários	900	691	943
Total Conselho Fiscal	900	691	943

Constam do **Anexo III** à presente Proposta as informações relativas ao Item 8 do formulário de referência, conforme exigido pelo artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022.

* * *

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores, por meio do telefone +55 (11) 2322-5377 ou via e-mail: acoes@brf.com. Todos os documentos pertinentes a esta AGO encontram-se à disposição dos acionistas nos sites <https://ri.brf-global.com/>, www.b3.com.br e www.gov.br/cvm.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

ÍNDICE

Anexos à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da BRF S.A., a ser realizada em 31 de março de 2025

Anexo I – Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia (Item 2 do formulário de referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022). p. 6

Anexo II – Informações exigidas pelo Anexo A à Resolução CVM nº 81/2022 p. 57

Anexo III – Informações sobre a remuneração global dos administradores e do Conselho Fiscal (Item 8 do formulário de referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022).
p. 62

Anexo IV – Informações sobre candidatos aos cargos a membro do Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022). p. 97

* * *

BRF S.A.

Anexo I – Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia (Item 2 do formulário de referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Neste item são apresentadas, pelos Diretores da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Os números financeiros derivados das informações financeiras auditadas da Companhia estão em milhões de reais, salvo se descrito de outra forma.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e atender suas necessidades de curto, médio e longo prazos. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou receita líquida de R\$61.379,0 milhões, um aumento de 14,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 53.615,4 milhões. O lucro antes do resultado financeiro foi de R\$6.840,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o lucro líquido do exercício foi de R\$3.691,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento da Companhia (Alavancagem), apurado conforme descrito no item 2.5 do Formulário de Referência, atingiu 0,79. Na mesma data, o endividamento bruto da Companhia totalizou R\$21.045,1 milhões, enquanto sua Dívida Líquida (conforme definição constante do item 2.5 do Formulário de Referência) totalizou R\$8.325,1 milhões, uma redução de 12,1% em relação à Dívida Líquida registrada em 31 de dezembro de 2023, de R\$ R\$ 9.474,5 milhões. A variação em relação à posição de 31 de dezembro de 2023 decorreu principalmente da geração de caixa livre atrelada à robusta performance operacional, mitigada pelo impacto negativo na dívida bruta em moeda estrangeira decorrente do aumento da cotação do dólar, pela recompra de ações e pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido totalizou R\$1.790,5 milhões de despesas, uma redução de 36,5% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$2.820,8 milhões. A redução em relação ao exercício social de 2023 foi decorrente: (i) de menor ajuste a valor presente em R\$338,0 milhões, atrelado ao maior saldo de clientes e à queda do CDI acumulado no ano de 2024 para 10,92%, em comparação a 13,04% em 2023; (ii) redução de despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em R\$253,6 milhões atribuído principalmente à redução do endividamento bruto médio no período e ao menor CDI em comparação a 2023; (iii) aumento dos juros sobre caixa e aplicações em R\$283,2 milhões associado à maior posição de caixa; (iv) menor receita de juros sobre tributos a recuperar em R\$180,7 milhões. Adicionalmente, foram observados impactos favoráveis devido à variações cambiais, de preços e aos resultados dos derivativos no montante total de R\$516,6 milhões.

(b) estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia considera o patrimônio líquido como capital próprio e o endividamento bruto (composto por empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, acrescidos de instrumentos

financeiros derivativos, líquidos circulantes e não circulantes) como o capital de terceiros.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de terceiros, sendo este último relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras e/ou emissão de dívidas no mercado de capitais nacional e internacional. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 2.1.f. abaixo.

A Companhia acredita que a atual estrutura de capital da Companhia é equilibrada entre capital próprio e de terceiros e adequada para desenvolver suas atividades de acordo com seu plano de negócios e atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Os diretores da Companhia entendem que os patamares atuais são condizentes com o praticado no mercado e com as nossas atividades, conforme a proporção apresentada na tabela abaixo:

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Capital de terceiros (Endividamento Bruto)	21.045.127	19.593.255	23.643.019
Capital próprio (patrimônio líquido)	16.499.204	15.643.656	11.822.869
Capital total (terceiros + próprio)	37.544.331	35.236.911	35.465.888
Parcela de capital de terceiros	56,1%	55,6%	66,7%
Parcela de capital próprio	43,9%	44,4%	33,3%

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia avalia que tem capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos, principalmente considerando que:

- em 31 de dezembro de 2024, o endividamento bruto circulante foi de R\$1.550,2 milhões, correspondente a 7,4% do total do endividamento bruto, uma redução de 35,9% em relação a 31 de dezembro de 2023, que registrou endividamento bruto circulante de R\$2.419,6 milhões, correspondente a 12,4% do total do endividamento bruto. Em 31 de dezembro de 2022 o endividamento bruto circulante era de R\$3.841,5 milhões, que representava 16,2% do total do endividamento bruto circulante;
- o prazo médio de liquidação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é de aproximadamente oito anos; e
- a Companhia mantém saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito que, somados, atingem o montante de R\$12.720,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$10.118,7 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$9.045,4 milhões em 31 de dezembro de 2022.

O cronograma de vencimento, com a projeção de juros futuros, dos empréstimos e financiamentos da Companhia com base no saldo e curvas em 31 de dezembro de 2024 está disposto conforme abaixo:

Empréstimos e Financiamentos	Consolidado	
	Em 31 de dezembro de 2024	
<i>(em milhares de Reais)</i>	Principal	Juros
2025	984.119	1.262.643
2026	3.440.204	1.199.120
2027	2.480.054	1.040.514
2028	1.168.583	875.678
2029	800.997	807.763
2030 em diante	12.655.292	5.781.829
Total	21.529.249	10.967.547

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2024 correspondem a 0,88 e 1,48, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 eram de 0,87 e 1,34 respectivamente. A liquidez corrente é apurada pela divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante, enquanto a liquidez geral é apurada pelo ativo circulante somado ao ativo realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante ao passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$20.740,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados, em comparação a R\$ R\$ 20.095,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (esse saldo não considera os instrumentos financeiros derivativos, líquidos circulantes e não circulantes).

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido a geração de caixa de suas atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos (vide item 1.1 e 2.1.f do Formulário de Referência para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio de operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o plano de investimentos de longo prazo ou com o objetivo de continuar melhorando o perfil do seu endividamento. Sempre que possível, a Companhia priorizará captações de longo prazo e custos atrativos para objetivos específicos.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento serão suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro e de investimentos no curso normal de seus negócios.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A principal fonte de endividamento da Companhia é a captação de recursos destinados ao financiamento dos seus investimentos em imobilizado e capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$20.740,5 milhões (sendo R\$8.340,1 milhões denominados em moeda local e R\$12.400,4 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos). Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$20.095,5 milhões (sendo R\$9.002,2 milhões em moeda local e R\$11.093,4 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos). Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$23.517,0 milhões, dos quais R\$10.967,8 milhões estavam denominados em moeda local e R\$12.549,2 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos.

A Companhia utiliza os recursos líquidos obtidos por meio de financiamento para gastos de capital, gastos associados ao processo produtivo e para manutenção de liquidez.

As principais informações utilizadas para avaliação da situação financeira da Companhia estão apresentadas nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. Adicionalmente, na seção 2.5 do Formulário de Referência está apresentada a Dívida Líquida, métrica não contábil complementar.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação adicional dos empréstimos e financiamentos da Companhia por tipo:

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Linhas de Crédito de Exportação	1.113.400	1.583.597	3.613.555
Linhas de Crédito de Capital de Giro	-	777.528	409.186

Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	999.646
Debêntures	7.226.736	6.634.434	5.940.146
Incentivos Fiscais	-	6.604	5.286
Moeda nacional	8.340.136	9.002.163	10.967.819
<i>Bonds</i>	9.601.353	7.559.562	11.902.290
Linhas de Crédito de Exportação	1.598.102	2.436.651	132.887
Adiantamentos de contratos de câmbio	-	158.420	-
Linhas de Crédito de Capital de Giro	1.200.957	938.752	514.004
Moeda estrangeira	12.400.412	11.093.385	12.549.181
Total	20.740.548	20.095.548	23.517.000

(i) **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os principais instrumentos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo.

Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional

Linhas de Crédito de Exportação: A Companhia possui uma linha de pré-financiamento para exportação com saldo total de R\$1.113,4 milhões em 31 de dezembro de 2024. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é denominado em reais, estão atreladas ao CDI, e vencem entre os anos de 2025 e 2027.

Debêntures

1ª Emissão de Debêntures: Em 30 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“**Instrução CVM 476**”), posteriormente revogada pela Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 160**”), em três séries, no valor total de R\$750,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$70,0 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 0,80% e vencimento final em 2022, a 3ª série no montante de R\$411,7 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 5,50% e vencimento final em 2026 e a 4ª série no montante de R\$268,3 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 1,45% e vencimento final em 2026. A 2ª série não foi emitida (“**1ª Emissão de Debêntures**”). A Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da 4ª série em 18 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto para a 3ª e 4ª séries era de R\$550,6 milhões.

2ª Emissão de Debêntures: Em 14 de julho de 2020, Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para colocação privada junto à VERT no âmbito da 46ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da VERT, os quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“**Lei 11.076**”), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 60**”), e da Instrução CVM 476, posteriormente revogada pela Resolução CVM 160, no valor total de R\$2.200,0 milhões. A 1ª série possui montante de R\$705,0 milhões, remuneração de IPCA acrescido de spread de 5,30% e vencimento final em 2027. A 2ª série possui montante de R\$1.495,0 milhões, remuneração de IPCA acrescido de spread de 5,60% e vencimento final em 2030 (“**2ª Emissão de Debêntures**”). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto era de R\$2.739,4 milhões.

3ª Emissão de Debêntures: Em 28 de maio de 2021, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da VERT, os quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Instrução CVM 476, posteriormente revogada pela Resolução CVM 160, no valor total de R\$1.000,0 milhões. As debêntures vencerão em 14 de maio de 2031 e possuem remuneração de IPCA acrescido de spread de 4,7843% ao ano (“**3ª Emissão de Debêntures**”). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto era de R\$ 1.109,1 milhões.

4ª Emissão de Debêntures: Em 13 de julho de 2022, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures

simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada junto à VERT no âmbito da 78ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da VERT, os quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Instrução CVM 476, posteriormente revogada pela Resolução CVM 160, no valor total de R\$1.700,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$710,0 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 1,25% e vencimento em 2027 e a 2ª série no montante de R\$990,0 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 6,83% e vencimento final em 2032 (“**4ª Emissão de Debêntures**”). A Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da 1ª série em 18 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto era de R\$1.062,1 milhões.

5ª Emissão de Debêntures: Em 20 de maio de 2024 a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para colocação privada junto à Ecoagro, no âmbito da 332ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Ecoagro, os quais foram objeto de distribuição pública sob rito de registro automático, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Resolução CVM 160, no valor total de R\$2.000,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$140,0 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 0,80% e vencimento final em 2029, a 2ª série no montante de R\$925,0 milhões, com remuneração de 12,9262% e vencimento em 2031 e a 3ª série no montante de R\$935,0 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 7,2336% e vencimento final em 2034 (“**5ª Emissão de Debêntures**”). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto era de R\$1.765,5 milhões.

Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira

Linhas de Crédito à Exportação

A Companhia possui uma linha de crédito de exportação com saldo em aberto de R\$1.598,1 milhões em 31 de dezembro de 2024. O endividamento no âmbito dessa linha de crédito é denominado em dólares norte-americanos, possuem taxa pré-fixada, e vencem entre os anos de 2025 e 2028.

Linhas de Crédito de Capital de Giro

São recursos obtidos junto a instituições financeiras internacionais, usados principalmente como capital de giro, principalmente das subsidiárias localizadas na Turquia e Emirados Árabes Unidos. Este financiamento é denominado em Lira Turca e em Dirham, com vencimento até 2027. Em 31 de dezembro de 2024, saldo em aberto dessa linha de capital de giro era equivalente a R\$1.201,0 milhões.

Bonds

Senior Notes BRF 2026: Em 29 de setembro de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de *Senior Notes* de 10 anos, no valor total de US\$500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% ao ano (*yield to maturity* de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017 (“**Senior Notes BRF 2026**”). Em 14 de setembro 2020, a Companhia concluiu oferta de recompra no montante de US\$0,7 milhões, sendo o prêmio pago US\$0,03 milhões (equivalente a R\$0,2 milhões), líquido de juros. Em 21 de setembro de 2023, a Companhia concluiu outra oferta de recompra das *Senior Notes* BRF 2026, com valor principal agregado de US\$200 milhões, sendo o prêmio pago US\$9,5 milhões (equivalente a R\$46,8 milhões), líquido de juros. Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* era de R\$1.759,3 milhões.

Senior Notes BRF 2030: Em 24 de setembro de 2019, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano (“**Senior Notes BRF 2030**”). Em 30 de junho de 2021, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 59,4 milhões (equivalentes a R\$297,1 milhões), sendo o prêmio pago R\$14,1 milhões, líquido de juros. Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* BRF 2030 era de R\$3.706,2 milhões.

Senior Notes BRF 2050: Em 21 de setembro de 2020, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom

(juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, a Companhia fez uma captação adicional de US\$300,0 milhões totalizando uma captação de US\$ 800,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano e vencem em 21 de setembro de 2050 (“**Senior Notes BRF 2050**”). Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* era de R\$4.135,8 milhões.

Derivativos

No âmbito da Política de Gestão de Riscos Financeiros, com objetivo de proteger a Companhia contra as incertezas dos preços dos fatores de riscos (moedas, *commodities* e juros), a Companhia possui (i) contratos de derivativos de moedas, com valor justo no ativo de R\$6,6 milhões e valor justo no passivo de R\$339,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, (ii) contratos de derivativos de *commodities* com valor justo no ativo de R\$14,7 milhões e valor justo no passivo de R\$1,5 milhões em 31 de dezembro de 2024 e (iii) contratos de derivativos de juros com valor justo no ativo de R\$15,3 milhões em 31 de dezembro de 2024. As contrapartes incluem diversas instituições financeiras substancialmente brasileiras e envolvem swaps de taxa de juros, swaps de moedas, futuros de moedas e *commodities*, compra e venda de *non-deliverable forwards* e opções de moedas e *commodities*, entre outros. Os derivativos vencem entre 2025 e 2032 e são registrados no balanço patrimonial da Companhia como instrumentos financeiros derivativos.

Demais Linhas de Crédito

Fundo de Investimento em Recebíveis de Direitos Creditórios

Em 6 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu a estruturação da Primeira Classe do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Clientes BRF II de Responsabilidade Limitada (“**FIDC BRF II**” ou “**Novo Fundo**”), tendo como política de investimentos adquirir direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus clientes no Brasil. As partes envolvidas obtiveram sucesso na colocação inicial das cotas da Primeira Classe do FIDC BRF II de Responsabilidade Limitada, que foram divididas em quatro subclasses distintas e atingiram um volume agregado de R\$960 milhões. O Novo Fundo foi estruturado para substituir e dar continuidade às operações realizadas pelo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Clientes BRF, constituído em dezembro de 2018 que teve resgate final das cotas em dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, as cotas detidas pela BRF no FIDC BRF II totalizam R\$18,5 milhões.

Obrigações

Diversos instrumentos de financiamento da Companhia contêm restrições referentes a gravames, fusões, vendas de ativos e transações com afiliadas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontrava em conformidade com as cláusulas contidas nos instrumentos de dívida. Tais instrumentos de dívida incluem eventos de inadimplência em linha com práticas de mercado. Os instrumentos que regem uma parte substancial do endividamento da Companhia contêm cláusulas de inadimplência cruzada ou aceleração cruzada, de modo que a ocorrência de um evento de inadimplência em um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência em outro endividamento ou permitir a um credor, sob outro instrumento de dívida, que considere a ocorrência de um evento de vencimento ou considere sua dívida acelerada.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui convênios com instituições financeiras cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito dos seus produtores rurais parceiros para a construção de aviários, granjas e adequações.

A Companhia possui também convênios (risco sacado) que buscam facilitar o acesso ao crédito dos seus fornecedores que desejarem antecipar recebíveis da Companhia.

Por fim, a Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais, preços das *commodities* e taxas de juros, sem fins especulativos. Essas operações estão contabilizadas pelo seu valor justo.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia.

Atualmente a Companhia não tem dívidas financeiras que possuam garantia real.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As dívidas da Companhia descritas no item 2.1 (f) do Formulário de Referência, possuem, conforme o caso, *covenants* não financeiros em linha com práticas adotadas em contratos celebrados no mercado financeiro e de capitais, que podem causar o vencimento antecipado de um ou mais contratos devido, por exemplo: (i) ao inadimplemento por parte da Companhia, a partir de limites definidos, conforme o caso; (ii) às restrições à distribuição de dividendos, em caso de mora; (iii) à restrição de alienação de ativos, a partir de determinados limites, excluindo-se tipos de ativos e operações, conforme caso; (iv) à alienação de controle societário etc.; e (v) à alteração de controle, entre outros. Tais obrigações estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos.

Ainda, os Sênior Notes 2026, Senior Notes 2030, Senior Notes 2050, a 1ª Emissão de Debêntures, a 2ª Emissão de Debêntures, a 3ª Emissão de Debêntures, a 4ª Emissão de Debêntures e a 5ª Emissão de Debêntures, já descritas no item 2.1 (f) do Formulário de Referência, possuem *covenants* não financeiros específicos relacionados (i) ao *cross-default*, a partir de limites definidos, conforme o caso; e (ii) à ocorrência de vencimento antecipado de outras dívidas (*cross-acceleration*), a partir de limites definidos, conforme o caso, nos termos da tabela abaixo:

Contratos	Valor do Contrato	Cross Acceleration	Cross Default	Saldo Devedor em 31/12/2024
1ª Emissão de Debêntures	R\$750,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$550,5 milhões
2ª Emissão de Debêntures	R\$2.200,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$2.739,4milhões
3ª Emissão de Debêntures	R\$1.000,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de	R\$1.109,1milhões

			suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	
4ª Emissão de Debêntures	R\$1.700,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$1.062,1 milhões
5ª Emissão de Debêntures	R\$2.000,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$1.765,5 milhões
Senior Notes BRF 2026	US\$500,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US\$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;		R\$1.759,3 milhões
Senior Notes BRF 2030	US\$750,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US\$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;		R\$3.706,2 milhões

Senior Notes BRF 2050	US\$800,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US\$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;	R\$4.135,8milhões
-----------------------	-------------------	---	-------------------

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os contratos de financiamento firmados pela Companhia foram integralmente desembolsados.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PERÍODO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

As discussões a seguir fornecem uma comparação dos resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 com os resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossos resultados operacionais em milhares de reais e como percentual de representatividade sobre receita líquida para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
exercício social findo em				
31 de dezembro de				
	2024	AV%	2023	AV%
<i>(em milhares de Reais)</i>				
Operações Continuadas	61.379.038	100,0	53.615.440	100,0
Receita Líquida				
Custo dos produtos vendidos	(45.543.222)	(74,2)	(44.781.739)	(83,5)
Lucro Bruto	15.835.816	25,8	8.833.701	16,5
Receitas (Despesas) Operacionais	(8.082.662)	(13,2)	(7.454.163)	(13,9)
Vendas				
Gerais e administrativas	(953.059)	(1,6)	(757.836)	(1,4)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(28.817)	-	(32.809)	(0,1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	82.783	0,1	250.512	0,5
Equivalência patrimonial	(13.675)	-	(3.264)	-
Lucro (Prejuízo) Antes Do Resultado Financeiro	6.840.386	11,1	836.141	1,6
Receitas financeiras	1.225.792	2,0	1.202.520	2,2
Despesas financeiras	(3.645.839)	(5,9)	(4.136.312)	(7,7)
Variações monetárias e cambiais	629.534	1,0	112.945	0,2
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	(1.790.513)	(2,9)	(2.820.847)	(5,3)
Lucro (Prejuízo) Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	5.049.873	8,2	(1.984.706)	(3,7)
Tributos Sobre O Lucro	(1.357.969)	(2,2)	115.854	0,2
Lucro (Prejuízo) Líquido Das Operações Continuadas	3.691.904	6,0	(1.868.852)	(3,5)

Receita Líquida

Em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida da Companhia foi de R\$61.379,0 milhões, um aumento correspondente a 14,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$53.615,4 milhões.

Esse aumento é decorrente principalmente (i) do aumento de 3,0% dos volumes vendidos; (ii) do aumento de 11,2% ao ano do preço médio dos produtos, influenciado, entre outros fatores, pela recuperação de preços da proteína in natura e pelo impacto cambial na receita do segmento Internacional (decorrente da variação cambial de R\$4,99, em 2023, para R\$5,39, em 2024), e (iii) pelo impacto da hiperinflação da Turquia, que acarretou aumento da receita líquida em R\$924 milhões.

A Companhia apresenta a seguir as tabelas contendo o desempenho da receita líquida de cada segmento.

Segmento Brasil

Em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida do segmento Brasil foi de R\$28.840,6 milhões, um aumento de 7,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$26.858,9 milhões. Tal aumento ocorreu, principalmente, devido à estratégia de crescimento sustentável da Companhia com aumento contínuo dos volumes vendidos, com destaque para o portfólio de produtos processados. Adicionalmente, a recuperação de preços da proteína de frango in natura durante o ano de 2024 também contribuiu para a evolução do patamar de rentabilidade no segmento Brasil.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do segmento Brasil.

(em milhares de Reais)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH%
Receita líquida			
<i>In natura</i>	7.082.453	6.133.183	15,5
<i>Semi-processados (1)</i>	1.988.415	1.733.981	14,7
Processados	19.675.454	18.683.405	5,3
Outras vendas	94.311	308.349	(69,4)
Total	28.840.633	26.858.918	7,4

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento Brasil:

(em Reais por kg)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH%
Brasil	12,09	12,05	0,4

Segmento Internacional

Em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida do segmento internacional da Companhia foi de R\$29.173,2 milhões, um aumento de 22,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$23.851,8 milhões. Os principais fatores que contribuíram com esse aumento foram (i) a recuperação do preço das proteínas nos mercados internacionais, superando o cenário de sobreoferta global de frango observado durante o ano de 2023; (ii) a estratégia de diversificação de mercados através da conquista de novas habilitações para exportação, que permitiu à Companhia capturar as melhores oportunidades de preço, com destaque para as habilitações para exportação de carne de frango in natura e processada para o Reino Unido, marcando o retorno das exportações da BRF para o continente europeu, além das habilitações para exportação da proteína de frango e suíno para as Filipinas e de suíno para os Estados Unidos; e (iii) a maior participação de produtos processados nas vendas em todos os mercados que a Companhia atua.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do segmento internacional:

(em milhares de Reais)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH%
Receita líquida			
<i>In natura</i>	24.597.920	20.252.213	21,5
<i>Semi-processados (1)</i>	651.624	352.087	85,1
Processados	3.755.026	3.104.193	21,0
Outras vendas	168.585	143.271	17,7
Total	29.173.155	23.851.764	22,3

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento internacional:

(em Reais por kg)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH%
Internacional	13,35	10,99	21,4

Outros segmentos

Em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida dos outros segmentos foi de R\$3.365,3 milhões, um aumento de 15,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$2.904,8 milhões, principalmente como resultado: (i) do avanço no plano de maximizar a rentabilidade através da maior participação de produtos de valor agregado nas vendas, com adições importantes ao portfólio como os palatilizantes e a heparina, no segmento de Ingredients; (ii) do crescimento no segmento super premium natural e novo direcional de gestão em Pet Food, no qual a Companhia promoveu uma racionalização de SKU's, aumentou a distribuição e prescrição de produtos, investiu nas principais marcas, ampliou os destinos de exportação, além de realizar o lançamento de produtos inovadores; e (iii) das operações pontuais de arbitragem envolvendo comercialização de grãos entre regiões (praças) como resultado da atuação mais ativa na identificação de oportunidades de mercado.

A tabela a seguir apresenta os preços médios dos outros segmentos:

(em Reais por kg)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH%
Outros segmentos	7,88	6,38	23,5

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R\$45.543,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 1,7% em comparação com o exercício de 2023, de R\$44.781,7 milhões. Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento de 3% nos volumes vendidos.

O custo unitário verificado em 31 de dezembro 2024 foi de R\$9,11, uma redução de 1,2% em relação a 2023, de R\$9,23, principalmente em função da queda do custo de consumo dos grãos e óleos e dos ganhos de eficiência operacional em função do BRF+, que no ano de 2024 evoluiu em diversos indicadores, alcançando patamares recordes de eficiência, R\$1.460,0 milhão no acumulado do ano. Estes efeitos foram parcialmente mitigados, entre outros fatores, pela inflação de custos afetando suprimentos e serviços, pela alta dos custos de produção da plataforma da Turquia e pelo impacto da variação cambial sobre os estoques no Segmento Internacional.

Lucro bruto

Em 31 de dezembro de 2024, o lucro bruto da Companhia foi de R\$15.835,8 milhões, um aumento de 79,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$8.833,7 milhões. A margem bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 25,8%, em comparação a 16,5% no exercício correspondente em 2023. Este desempenho é resultado do aumento de 14,5% na receita líquida em relação ao exercício social de 31 de dezembro de 2023.

A tabela a seguir detalha o lucro bruto da Companhia para os segmentos Brasil, Internacional e Outros.

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH%
Brasil	7.733.707	5.916.699	30,7
Internacional	7.431.712	2.121.851	250,3

Outros segmentos	775.647	764.791	1,4
Subtotal	15.941.066	8.803.341	81,1
Corporate	(105.250)	30.360	(446,7)
Total	15.835.816	8.833.701	79,3

Receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$8.995,4 milhões, um aumento de 12,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$7.997,6 milhões, principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Despesas com vendas: Em 31 de dezembro de 2024, as despesas com vendas da Companhia foram de R\$ 8.082,7 milhões, um aumento de 8,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$7.454,2 milhões. Tal aumento teve como resultado, entre outros fatores, maiores gastos com fretes, devido ao aumento de tarifas e gastos com marketing e trade marketing decorrentes das campanhas para impulsionar as vendas, como, por exemplo, as campanhas de 80 anos de Sadia, Perdigão no Estrelas da Casa e na NFL e Lollapalooza, entre outras.

Despesas gerais e administrativas: Em 31 de dezembro de 2024, as despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$953,0 milhões, um aumento de 25,8% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2023, de R\$757,8 milhões. Tal aumento ocorreu principalmente por conta de maiores gastos com remuneração variável em função do resultado de atingimento das metas e dos efeitos inflacionários sobre os salários e encargos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2024, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, totalizaram R\$82,8 milhões, uma redução de 66,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$250,5 milhões. Este desempenho é majoritariamente explicado pela recuperação de despesas, contingências e pelos ganhos líquidos na alienação e baixa de ativos, entre outros efeitos líquidos.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro antes do resultado financeiro no montante de R\$6.840,4 milhões, um aumento de 718,1% em relação ao exercício social findo em 2023, de R\$836,1 milhões. Tal aumento ocorreu, principalmente, em função da evolução em 2024 do resultado operacional da companhia em todos os segmentos de negócio, com destaque principalmente para o segmento Internacional, que apresentou um lucro antes do resultado de R\$3.981,3 milhões em comparação a um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$1.214,1 milhões em 2023.

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro da Companhia para cada segmento e para o *Corporate*:

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em		
	2024	2023	AH%
Brasil	2.750.655	1.602.298	71,7
Internacional	3.981.318	(1.214.167)	(414,7)
Outros segmentos	322.569	357.720	(9,8)
Subtotal	7.054.542	745.851	845,8
Corporate	(214.156)	90.290	(337,2)
Total	6.840.386	836.141	718,1

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido totalizou R\$1.790,5 milhões de despesas, representando redução de 36,5% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$2.820,8 milhões. O menor resultado financeiro líquido no ano em relação a 2023 pode ser atribuído aos maiores juros sobre aplicações, redução das despesas financeiras e efeito

positivo da variação cambial, salientando-se os impactos principais a seguir: (i) menor ajuste a valor presente em R\$338,0 milhões, atrelado ao maior saldo de Clientes e à queda do CDI acumulado no ano de 2024 para 10,92%, em comparação a 13,04% em 2023; (ii) redução de despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em R\$253,6 milhões atribuído principalmente à redução do endividamento bruto médio no período e ao menor CDI; (iii) aumento dos juros sobre caixa e aplicações em R\$283,2 milhões associado à maior posição de caixa; e (iv) menor receita de juros sobre tributos a recuperar em R\$180,7 milhões. Adicionalmente, foram observados impactos favoráveis devido à variação cambial e aos resultados dos derivativos no montante total de R\$516,6 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado do exposto acima, o lucro antes dos tributos sobre o lucro da Companhia totalizou R\$5.049,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 354,4% em comparação a um prejuízo no exercício social correspondente em 2023, que foi de R\$ 1.984,7 milhões.

Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024, os tributos sobre o lucro da Companhia geraram uma despesa de R\$1.358,0 milhões, em comparação com uma receita de R\$115,9 milhões no período correspondente em 2023. A alíquota efetiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de um débito correspondente a 26,9% do lucro antes dos impostos em comparação com uma alíquota efetiva que representou um crédito de 5,8% no exercício social correspondente em 2023. Essa mudança ocorreu principalmente devido ao resultado positivo da Companhia em relação ao ano anterior, bem como pelos efeitos de variação cambial sobre os investimentos da Companhia em subsidiárias estrangeiras e do impacto de contingência relativa a IRPJ/CSLL.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou lucro de R\$3.691,9 milhões, um aumento de 297,5% em comparação com prejuízo de R\$1.868,9 milhões no exercício social correspondente em 2023, principalmente em função da evolução do resultado operacional, com destaque para o crescimento da receita em 14,5% em comparação ao exercício social de 2023 e níveis saudáveis de rentabilidade em todo o portfólio de produtos e segmentos de negócios e da redução do endividamento líquido com reflexos nas despesas de juros incorridas no exercício social.

FLUXO DE CAIXA

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.773.600	3.939.397
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.495.437)	(2.113.844)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(6.727.312)	(861.837)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	1.349.849	170.019
Aumento (decréscimo) líquido no saldo de em caixa e equivalentes de caixa	1.900.700	1.133.735

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R\$10.776,7 milhões, em 2024, em comparação com os fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R\$3.939,4 milhões em 2023. O aumento de 173,6% é principalmente devido ao ganho de caixa pela melhor performance do resultado operacional no montante de R\$7.834,5 milhões, acrescido da maior geração de caixa em Fornecedores de R\$2.169,6 milhões e em clientes de R\$592,0 milhões, atenuado pelo maior consumo de caixa proveniente de estoques de R\$1.416,0 milhões e em ativos biológicos circulantes de R\$519,5 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento no montante de R\$3.498,6 milhões, em comparação com fluxos de caixa

líquidos aplicados nas atividades de investimento de R\$2.113,8 milhões em 2023. O aumento de 65,5% é principalmente atrelado ao impacto das aplicações e resgates de títulos mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e do caixa restrito, que totalizaram R\$1.061,0 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento no montante de R\$6.727,3 milhões, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$861,8 milhões em 2023. Este aumento de 680,6% é principalmente decorrente do impacto positivo do aumento de capital com emissão de ações (follow-on) realizado em 2023, de R\$5.313,2 milhões. Assim, foram realizadas captações menores de empréstimos no ano, no valor de R\$1.491,7 milhões, e recompras de ações realizadas no valor de R\$1.288,2 milhões, além do pagamento de dividendos na forma de juros sobre capital próprio de R\$1.144,5 milhões. Este maior consumo de caixa foi atenuado pelo efeito positivo das menores amortizações no ano de 2024 em R\$2.903,9 milhões.

PERÍODO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

As discussões a seguir fornecem uma comparação dos resultados operacionais da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 com os resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossos resultados operacionais em milhares de reais e como percentual de representatividade sobre receita líquida para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2023	AV%	2022	AV%
<i>(em milhares de Reais)</i>				
Operações Continuadas	53.615.440	100,0	53.805.028	100,0
Receita Líquida				
Custo dos produtos vendidos	(44.781.739)		(83,5)(45.672.376)	(84,9)
Lucro Bruto	8.833.701	16,5	8.132.652	15,1
Receitas (Despesas) Operacionais	(7.454.163)		(13,9)(7.067.148)	(13,1)
Vendas				
Gerais e administrativas	(757.836)	(1,4)	(644.827)	(1,2)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(32.809)	(0,1)	(12.772)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	250.512	0,5	(545.270)	(1,0)
Equivalência patrimonial	(3.264)	-	1.076	-
Lucro (Prejuízo) Antes Do Resultado Financeiro	836.141	1,6	(136.289)	(0,3)
Receitas financeiras	1.202.520	2,2	1.082.935	2,0
Despesas financeiras	(4.136.312)	(7,7)	(3.585.765)	(6,7)
Variações monetárias e cambiais	112.945	0,2	(165.925)	(0,3)
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	(2.820.847)	(5,3)	(2.668.755)	(5,0)
Prejuízo Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(1.984.706)	(3,7)	(2.805.044)	(5,2)
Tributos Sobre O Lucro	115.854	0,2	(285.634)	(0,5)
Prejuízo Líquido Das Operações Continuadas	(1.868.852)	(3,5)	(3.090.678)	(5,7)

Operações Descontinuadas				
Prejuízo Líquido Das Operações Descontinuadas	-	-	(50.948)	(0,1)
Prejuízo Líquido Do Exercício	(1.868.852)	(3,5)	(3.141.626)	(5,8)
Lucro (Prejuízo) Líquido Operações Continuadas Atribuível a	(1.868.852)	(3,5)	(3.090.678)	(5,7)
Acionistas controladores	(2.028.559)	(3,8)	(3.115.455)	(5,8)
Acionistas não controladores	159.707	0,3	24.777	-
Prejuízo Líquido Operações Descontinuadas Atribuível a	-	-	(50.948)	(0,1)
Acionistas controladores	-	-	(50.948)	(0,1)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia diminuiu R\$189,6 milhões ou 0,4%, para R\$53.615,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação ao valor de R\$53.805,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução é justificada, majoritariamente, (i) pelo impacto da sobreoferta global, principalmente da proteína de frango, que persistiu durante grande parte do ano de 2023, reduzindo o preço médio em 2,5%; e (ii) pela valorização do real perante o dólar (Ptax média 2022 R\$5,17 versus R\$5,00 em 2023), reduzindo nossa receita em reais nos mercados internacionais. Estes impactos foram parcialmente compensados pelo aumento de 2,2% do volume de vendas.

A Companhia apresenta a seguir as tabelas contendo o desempenho da receita líquida de cada segmento.

Segmento Brasil

A receita líquida do segmento Brasil diminuiu em R\$138,9 milhões ou 0,5%, passando de R\$26.997,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$26.858,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido a uma redução de 2% nos volumes vendidos, que foi parcialmente compensada por um aumento de 1,5% nos preços médios puxado principalmente pelo desempenho do nosso portfólio de processados, visto que o cenário de *in natura* também no mercado doméstico sofreu com os efeitos da sobre oferta de frango, sendo ainda agravado pelos bloqueios temporários impostos pelo Japão.

Em execução comercial, no ano de 2023, a Companhia revisitou sua estratégia de atendimento ao cliente, o que lhe permitiu aumentar a disponibilidade de produto em loja, melhorar o nível de atendimento logístico, ampliar sua base de clientes movimentados versus 2022. Tais avanços contribuíram de maneira relevante para a expansão de rentabilidade observada no período.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do Segmento Brasil.

(em milhares de Reais)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Receita líquida			
<i>In natura</i>	5.914.882	5.976.960	(1,0)
Processados	20.601.576	20.878.697	(1,3)
Outras vendas	342.460	142.131	140,9
Total	26.858.918	26.997.788	(0,5)

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento Brasil:

(em Reais por kg)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Brasil	12,05	11,87	1,5%

Segmento Internacional

A receita líquida do segmento internacional da Companhia diminuiu R\$251,3 milhões ou 1,0%, passando de R\$24.103,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$23.851,8 milhões no período correspondente em 2023. Os principais fatores foram: i) redução de 10,7% nos preços médios dos produtos vendidos pela Companhia no mercado externo, majoritariamente, pela sobre oferta global de frango; ii) a valorização do real versus o dólar, impactando nossa receita no segmento. Esse cenário foi parcialmente mitigado pelo aumento dos volumes de venda (212,2 mil toneladas ou +10,8% *versus* 2022) como resultado da evolução do indicador de rendimento industrial do nosso programa de eficiência, o BRF+, e da estratégia de diversificação de mercados. A Companhia conquistou 66 novas habilitações ao longo de 2023 para novos destinos na América Latina, Ásia, Europa e África do Sul, que lhe permitiram flexibilidade para capturar as melhores oportunidades de mercado em um ano desafiador para o setor de proteínas.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do segmento internacional.

(em milhares de Reais)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Receita líquida			
<i>In natura</i>	19.888.732	20.044.710	(0,8)
Processados	3.765.633	3.679.233	2,3
Outras vendas	197.399	379.192	(47,9)
Total	23.851.764	24.103.135	(1,0)

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento internacional:

(em Reais por kg)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Internacional	10,99	12,32	(10,7)

Outros segmentos

A receita líquida dos outros segmentos aumentou em R\$200,7 milhões ou 7,4%, passando de R\$2.704,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$2.904,8 milhões no período correspondente em 2023, principalmente como resultado de: i) uma maior participação de hidrolisados no portfólio de Ingredientes, produto este que apresenta maior valor agregado, ii) crescimento do segmento super premium natural em Pet Food, refletindo um maior prêmio de preço e iii) pela execução de operações pontuais de arbitragem envolvendo a comercialização de grãos entre regiões (praças) como resultado de uma atuação mais ativa na identificação de oportunidades de mercado que permitam redução dos custos de originação. Também ressaltamos o aumento dos destinos de exportação como resultado da estratégia de diversificação de mercados, com destaque para as exportações para a Noruega em Ingredientes e para o Equador e Emirados Árabes Unidos em Pet Food.

A tabela a seguir apresenta os preços médios dos outros segmentos:

(em Reais por kg)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Outros segmentos	6,38	5,20	22,5%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R\$44.781,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma queda de 2,0% em comparação com R\$45.672,4 milhões no período correspondente em 2022. Essa redução no custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 é explicado principalmente: (i) pelo efeito da queda do preço dos grãos em 2023 em função de uma maior safra no Brasil. Devido ao ciclo da cadeia da BRF, esta redução começou a impactar o resultado da Companhia no 3T23. No quarto trimestre, a variação da média móvel de 6 meses do preço do milho apresentou uma queda de 30,6% a/a e o farelo de soja uma queda de 13,4% a/a; (ii) pela redução do preço dos óleos usados como matéria-prima nas margarinas, sendo o efeito mais relevante no óleo de soja que apresentou queda de 30,5% a/a; e (iii) pelos efeitos do programa de eficiência, o BRF+, que majoritariamente se materializa no resultado através da redução de custos. Durante o ano a plano avançou de maneira consistente em praticamente todas as frentes, sendo as mais relevantes e com maior impacto no resultado, os indicadores agropecuários de eclosão, que evoluiu 5,6 p.p. a/a, conversão alimentar de frango, que evoluiu 2,5% a/a e mortalidade, que evoluiu 2,0 p.p. a/a para frango e 0,7 p.p. para suíno. Também pode-se destacar o indicador de rendimento na indústria que apresentou evolução de 5,0 p.p. a/a (sendo 5,6 p.p. a/a para o rendimento do frango e 3,5 a/a para o rendimento suíno). O plano de eficiência foi responsável pela captura de R\$525,4 milhões no trimestre e de R\$2,2 bilhões no ano.

Excluindo os efeitos da hiperinflação da Turquia, que em 2023 impactou o custo dos produtos vendidos em R\$221,2 milhões, a Companhia apresentou uma redução de R\$809,8 milhões ou - 1,8% no CPV, passando de R\$45.370,4 milhões (R\$9,55/kg) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$44.560,6 milhões (R\$9,18/kg) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou R\$701,0 milhões ou 8,6%, passando de R\$8.132,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$8.833,7 milhões no período correspondente em 2023, com margem bruta de 16,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 15,1% no período correspondente em 2022. Este desempenho é resultado da redução do nosso custo médio unitário, em função da queda do preço dos grãos e óleos usados em nossa cadeia e dos efeitos do nosso programa de eficiência, o BRF+.

A tabela a seguir detalha o lucro bruto da Companhia para os segmentos Brasil, Internacional e Outros.

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Brasil	5.916.699	3.892.719	52,0
Internacional	2.121.851	3.523.769	(39,8)
Outros segmentos	764.791	716.164	6,8
Subtotal	8.803.341	8.132.652	8,3
Corporate	30.360	-	-

Total	8.833.701	8.132.652	8,6
-------	-----------	-----------	-----

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais da Companhia diminuíram 3,3% (ou R\$271,3 milhões) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$8.268,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$7.997,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Despesas com venda

As despesas com vendas da Companhia aumentaram R\$387,1 milhões ou 5,5%, passando de R\$7.067,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$7.454,2 milhões no período correspondente em 2023, principalmente como resultado das maiores despesas com frete. As despesas com vendas da Companhia representaram 13,9% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 0,8 p.p. em comparação com 13,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R\$113,0 milhões ou 17,5%, passando de R\$644,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$757,8 milhões no período correspondente em 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, totalizaram uma receita de R\$250,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparada a uma despesa de R\$545,3 milhões no período correspondente em 2022. Essa variação é explicada principalmente pela redução de R\$587,7 milhões referente aos gastos com acordo de leniência e investigações envolvendo a Companhia, relacionados às operações Carne Fraca e Trapaça, bem como pelo ganho de R\$63,2 milhões na alienação de imóveis não vinculados a produção e despesa de R\$33,5 milhões referente a redução ao valor recuperável de ativos imobilizados reclassificados para ativos mantidos para a venda (conforme nota explicativa 26 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023).

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

A Companhia apresentou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, lucro antes do resultado financeiro no montante de R\$836,1 milhões, ante a um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$136,3 milhões no período correspondente em 2022, representando uma melhora no resultado de R\$972,4 milhões ou 713,5%.

O Segmento Brasil apresentou lucro antes do resultado de R\$1.602,3 milhões, com melhor desempenho na comparação com o exercício de 2022. Em 2023, o segmento Internacional apresentou prejuízo antes do resultado financeiro de R\$1.214,2 milhões, diante da pressão de preço pelo excesso de oferta mundial de proteína, principalmente frango. Já os outros segmentos apresentaram um lucro antes do resultado financeiro de R\$357,7 milhões no ano.

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro da Companhia para cada segmento e para o *Corporate*:

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
------------------------	--

	2023	2022	AH%
Brasil	1.602.298	(352.138)	(555,0)
Internacional	(1.214.167)	403.661	(400,8)
Outros segmentos	357.720	440.062	(18,7)
Subtotal	745.851	491.585	51,7
Corporate	90.290	(627.874)	(114,4)
Total	836.141	(136.289)	(713,5)

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 resultado financeiro líquido totalizou R\$2.820,8 milhões de despesas, representando um aumento de 5,7% ou R\$152,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$2.668,8 milhões. Apesar de um aumento nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos devido ao aumento nos juros do CDI acumulado no ano (o CDI acumulado foi de 13,0% em 2023 ante 12,4% em 2022), esse efeito foi compensado por maiores receitas de juros sobre aplicações financeiras resultante da maior posição de caixa, sobretudo após o aporte de capital (follow-on) em julho de 2023. Ademais houve (i) ganho monetário líquido de R\$560,7 milhões de efeitos de correção monetária decorrente de operações em economia hiper inflacionária na Turquia; (ii) maior incidência de juros sobre tributos a recuperar; e (iii) receitas financeiras sobre outros ativos e passivos referentes a ganho de prêmio na recompra de *bonds*, realizada no segundo semestre, de R\$46,8 milhões.

Por sua vez, no que tange às variações monetárias, cambiais e resultado de derivativos que afetam o resultado financeiro, no ano de 2023, o efeito líquido da variação cambial de ativos e passivos monetários e derivativos de proteção da exposição cambial de balanço totalizou -R\$151 milhões, e os juros e valor justo de derivativos somaram -R\$285 milhões. Os ganhos monetários relativos à hiperinflação da Turquia tiveram impacto total de +R\$561 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado do exposto acima, o prejuízo antes dos tributos sobre o lucro da Companhia totalizou R\$1.984,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução do prejuízo antes dos tributos sobre o lucro de R\$820,3 milhões (ou de 29,2%) em comparação ao período correspondente em 2022.

Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro da Companhia geraram uma receita de R\$115,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com uma despesa de R\$285,6 milhões no período correspondente em 2022. A alíquota efetiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de um crédito correspondente a 5,8% do prejuízo antes dos impostos em comparação com uma alíquota efetiva que representou uma despesa de 10,2% no período correspondente em 2022. Essa mudança ocorreu principalmente devido aos efeitos da variação cambial sobre os investimentos da Companhia em subsidiárias estrangeiras e prejuízos fiscais gerado em cada período sem o reconhecimento de impostos diferidos ativos.

Prejuízo líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou prejuízo de R\$1.868,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de R\$1.272,7 milhões ou 40,5%, em comparação com um prejuízo de R\$3.141,6 milhões no período correspondente em 2022. Eliminando os efeitos contábeis da hiperinflação na Turquia e da dívida designada como *hedge accounting* nos resultados consolidados, o resultado teria sido um prejuízo líquido de R\$1.717,4 milhões em 2023.

FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(em milhares de Reais)</i>	2023	2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.939.397	1.876.384
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.113.844)	(3.258.787)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(861.837)	2.255.538
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	170.019	(271.026)
Aumento (decréscimo) líquido no saldo de em caixa e equivalentes de caixa	1.133.735	602.109

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R\$3.939,4 milhões, em 2023, em comparação com os fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R\$1.876,4 milhões em 2022. O aumento de R\$2.063,0 milhões é principalmente devido a redução dos estoques (totalizando R\$1.248,9 milhões) e a redução em perdas com instrumentos derivativos (totalizando R\$953,7 milhões).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento no montante de R\$2.113,8 milhões, em 2023, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento de R\$3.258,8 milhões em 2022. A redução de R\$1.145,0 milhões é principalmente devida ao menor investimento em imobilizado e ao fato de não haver ocorrido aumentos de capital significativos em coligadas durante 2023.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento no montante de R\$861,8 milhões, em 2023, em comparação com fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento de R\$2.255,5 milhões em 2022. Esta redução de 3.117,3 milhões é principalmente decorrente das recompras de US\$295,4 milhões em *senior notes* com vencimento em 2026 através de um *tender offer* e do resgate total antecipado das *senior notes* com vencimento em 2024 no montante de US\$300,5 milhões, ambos ocorridos no segundo semestre de 2023.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, um detalhamento dos produtos da Companhia vendidos no Brasil e a clientes internacionais:

Produtos à base da Carne, incluindo:

- carne *in natura* resfriada e/ou congelada, que definidos como frango inteiro e em cortes, assim como carne suína congelada e peru; e
- produtos halal para o mercado islâmico de acordo com o método halal de abate.

Produtos Alimentícios Processados, incluindo:

- frangos inteiros e em cortes, congelados, marinados (vendidos sob a marca Chester);
- carnes de especialidades, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter*, salames, bacon e outros produtos defumados;

- *snacks* (Salamitos);
- carnes processadas congeladas, como hambúrgueres, *steaks*, empanados, kibes e almôndegas;
- comidas prontas congeladas, como lasanhas, macarrão com queijo, tortas, pizzas, assim como outras comidas congeladas;
- produtos *plant-based*, como nuggets, tortas, vegetais e hambúrgueres;
- sobremesas congeladas e pão de queijo;
- margarinas, manteigas, requeijão e patês; e
- outros, incluindo farelo de soja, farinha de soja refinada, ração animal e *pet food*.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e continuarão sendo influenciados por uma ampla gama de fatores, incluindo, além dos fatores já indicados no item 1.4 (c) do Formulário de Referência (barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias, barreiras sanitárias, barreiras técnicas, pandemias, surtos e doenças animais):

- condições econômicas no Brasil e no exterior;
- efeito das barreiras comerciais e outras restrições de importações;
- resultados operacional e financeiro;
- interrupções nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de abastecimento e nos processos de produção resultantes de eventuais pandemias; preocupações com a ASF, a gripe aviária e outras doenças de origem humana e animal;
- sensibilidade do mercado doméstico às mudanças na demanda global, incluindo o efeito das ações dos principais concorrentes brasileiros e aumentos temporários na oferta de produtores em outros países;
- mudanças nos preços de commodities;
- flutuações na taxa de câmbio e inflação;
- conflitos geopolíticos de alto impacto (Ucrânia x Rússia; Oriente Médio);
- taxas de juros; e
- custos de frete e volume.

Fatores sazonais e volatilidade que afetam tanto os preços de matéria-prima quanto os preços de vendas podem afetar materialmente os resultados da Companhia.

O custo de produção da Companhia depende, principalmente, do preço e oferta de milho e farelo de soja. Entre outras matérias-primas, estão soja em grãos, suínos e bovinos, por exemplo. Os preços de venda dos produtos da Companhia são determinados por alterações constantes na oferta e demanda que podem flutuar de maneira significativa, além de outros fatores externos que a Companhia não consegue controlar, como flutuações nos níveis de produção doméstica global de aves, suínos e bovinos, mudanças nas regulamentações ambientais, mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças em animais e na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio. Qualquer mudança no preço ou na disponibilidade de matéria-prima necessária para a produção de produtos da Companhia causadas por esses ou outros fatores poderão impactar a Companhia.

O setor econômico no qual a Companhia está inserida também é caracterizado por períodos cíclicos, onde preços e rentabilidade oscilam em decorrência dos patamares de oferta e demanda. Não há certeza de que a Companhia conseguirá se adaptar adequadamente aos períodos cíclicos ou à volatilidade, sendo que podem ter efeitos adversos nas operações ou resultados financeiros da Companhia.

Desastres naturais, pandemias ou variações climáticas extremas, incluindo enchentes, secas, calor ou frio excessivo, furacões ou outras tempestades, assim como qualquer interrupção em plantas da Companhia que necessitem a realocação temporária de funções para outras instalações podem prejudicar o crescimento e a saúde de animais vivos ou interferir em suas operações em razão de faltas de energia, danos à produção e instalações de processamento ou interrupção de canais ou sistemas de informação da Companhia.

A seguir, a Companhia apresenta maiores detalhes sobre estes fatores:

Situação econômica mundial e brasileira

O Conselho Monetário Nacional definiu a meta de inflação no Brasil em 3,0% para 2025, com uma variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A taxa de inflação de 2024, medida pela variação do IPCA, foi de 4,83%, acima do teto da meta, de 4,5%, previsto. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o índice de inflação IPCA foi de 4,62%, recuando frente aos 5,79% de 31 de dezembro de 2022. Os aumentos de preços geralmente reduzem o poder de compra dos consumidores, especialmente entre as classes de renda mais baixas e acabam limitando o consumo. O mercado de trabalho brasileiro registrou taxa média de desocupação de 6,6% em dezembro de 2024, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, o que representa melhoria quando comparado a 7,8% em 31 de dezembro de 2023 e os 7,9% registrados em 31 de dezembro de 2022. Além disso, após atingir 93,7 pontos em dezembro de 2023, a confiança do consumidor brasileiro regrediu ligeiramente e encerrou o ano de 2024 aos 92,0 pontos segundo a pesquisa de Sondagem de Expectativas do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No quarto trimestre de 2023, o PIB cresceu 3,2% em relação ao ano anterior, sendo que o PIB per capita apresentou um avanço de 5,0% (em valores correntes) na comparação com 2022, segundo o IBGE. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de juros SELIC era de 12,25%, em comparação com os 11,75% de 31 de dezembro de 2023 e, na data deste arquivamento, a taxa de juros SELIC era de 13,25%.

Em 31 de dezembro de 2024, o real, desvalorizou 27,9% em relação à mesma data em 2023, passando de R\$ 4,84 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2023 comparado a R\$6,19 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2024.

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em dezembro de 2024 o consumo das famílias brasileiras (ex-vendas de supermercados) em termos reais (ajustado pelo IPCA) aumentou 7,23% em relação a dezembro de 2023, contra um aumento de 10,73% em dezembro de 2023 em comparação a dezembro de 2022. No acumulado do ano, as vendas reais dos supermercados cresceram 3,72% em 2024 em relação a 2023.

Efeito da demanda do mercado exportador e suas consequências no mercado doméstico

As flutuações na demanda de produtos de aves, suínos e bovinos no mercado internacional podem afetar os preços de comercialização desses itens no mercado brasileiro. Os exportadores brasileiros tendem a redirecionar os produtos do mercado internacional para o mercado doméstico, aumentando o fornecimento desses produtos localmente e, muitas vezes, afetando de forma negativa o preço local. Consequentemente, isso pode afetar a receita líquida da Companhia no mercado doméstico.

Durante o ano de 2024, a Companhia recebeu autorização para exportação para diversos países dos quais cabe destacar:

- China, para exportação de carne de frango da planta de Chapecó/SC;
- Estados Unidos, para unidade de suínos de Campos Novos;
- Filipinas, para 6 unidades de suínos (Herval D'Oeste/SC, Campos Novos/SC, Lucas do Rio Verde/MT; Lajeado/RS, Toledo/PR; Uberlândia/MG);
- Reino Unido, para 10 unidades de frango, peru e industrializados (Dourados/MS; Serafina Correa/RS; Chapecó/SC; Capinzal/SC; Toledo/PR; Rio Verde/GO; Lucas do Rio Verde/MT; Marau/RS; Francisco Beltrão/PR; Nova Mutum/MT).

Em 17 de julho de 2024, as autoridades brasileiras identificaram um surto da doença de Newcastle em uma granja comercial de aves no município de Anta Gorda, no estado do Rio Grande do Sul. Em resposta ao surto, o MAPA criou uma área de emergência zoos sanitária e implementou rigorosas medidas de controle e vigilância num raio de 10 quilômetros da área afetada para evitar a propagação da doença. O Governo Federal Brasileiro também impôs um embargo preventivo às vendas de carne de frango, ovos e outros produtos avícolas para mais de 40 países, incluindo China, membros da União Europeia e Argentina. Após a contenção

do surto, o Brasil suspendeu as restrições comerciais e retomou suas exportações de aves em agosto de 2024.

De forma contingencial a BRF reforçou os protocolos de biossegurança estabelecidos na região do Rio Grande do Sul, mantendo uma rotina de acompanhamento sanitário dos plantéis, bloqueio do trânsito de aves e acompanhamento rigoroso do time técnico na região, estabeleceu um programa vacinal específico para as unidades, assim como, realizou uma série de treinamentos e alinhamentos com produtores e times técnicos reforçando o nosso compromisso com biossegurança.

A Companhia monitora as ações de seus concorrentes nacionais, uma vez que também são impactados por mudanças no mercado externo e podem redirecionar seus produtos para o mercado interno ou externo. Além disso, monitora as flutuações na oferta gerada pelos produtores na China, nos EUA, na UE e em outras regiões.

Custo com transporte

O custo de transporte de nossos produtos através de nossa rede de distribuição nacional e para os clientes estrangeiros é significativo e afetado pelas flutuações no preço do petróleo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, os custos de frete das operações contínuas da Companhia representaram aproximadamente 6,2%, 6,9% e 6,3% de nossas vendas líquidas, respectivamente. Na exportação, a Companhia envia muitos dos produtos nas modalidades CFR (custo e frete), CIF (custo, seguro e frete), DDP (entregue com direitos pagos), entre outros, incluindo o pagamento de custos de frete e seguro. Nos últimos anos, devido à instabilidade política global que poderia afetar os preços do petróleo, a Companhia incluiu em seus acordos com as companhias marítimas um fator de ajuste do óleo bunker (combustível utilizado nas embarcações). Apesar das ameaças persistentes, como a guerra em curso na Ucrânia e a crescente população mundial que continua a impulsionar a procura incessante de bens perecíveis, o setor frigorífico provou ser resiliente, com todas as rotas comerciais a registrarem um crescimento desde o início de 2023, pela primeira vez em mais de 24 meses.

Em relação a Guerra de Israel em Gaza, que teve início em 2023, a principal ameaça é o movimento Houthi do Iêmen, tendo como alvo todos os navios que passavam pelo Canal de Suez, independentemente da sua nacionalidade, alertando todas as companhias marítimas internacionais a evitar a rota do Mar Vermelho. A alternativa encontrada pelas companhias marítimas foi a rota via Cabo da Boa Esperança (sul da África), aumentando o tempo de trânsito em média em 50% se comparado com a situação anterior ao conflito e gerando custos extraordinários à Companhia.

A situação exposta acima gerou uma ruptura no fluxo de navios causando atrasos de embarque, indisponibilidade de equipamento e congestionamento nos portos. Com isso, as companhias marítimas tem adotado alternativas para melhorar a disponibilidade de containers em navios e minimizar os impactos.

Desde 2023, a BRF vem negociando a redução de suas tarifas de frete marítimo com o desafio de retornar aos níveis de pré pandemia.

Para informações sobre o impacto dos preços de *commodities* e os efeitos das variações da taxa de câmbio, inflação e taxa de juros na receita da Companhia, vide item 2.2.c abaixo.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é significativamente afetada por mudanças no câmbio do real frente a outras moedas, como o dólar norte-americano, euro e libra esterlina. A receita também é impactada diretamente por variações do preço dos produtos nos mercados em que a Companhia atua por correção monetária, devido a altas taxas de inflação, em algumas de suas subsidiárias. Para mais informações, vide seção 2.2 (c) abaixo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da

taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Preços de commodities

Várias das matérias-primas da Companhia são commodities cujos preços flutuam constantemente em resposta às forças de mercado de oferta e procura. A Companhia compra grandes quantidades de farelo de soja, soja (grão) e milho, usados substancialmente na produção de toda ração animal própria. Em sua maior parte, os preços das commodities que a Companhia compra são expressos em reais. Embora os custos dos insumos sejam denominados em reais, os preços das commodities tendem a acompanhar os preços internacionais e são influenciados por flutuações das taxas de câmbio. Até 31 de dezembro de 2024 as compras de milho, farelo de soja e soja representaram aproximadamente 34,61% do custo de produção da Companhia, em comparação a 41,42% no mesmo período em 2023. Embora a Companhia produza a maior parte do rebanho suíno que utiliza nos seus produtos de carne suína, a Companhia também comprou suínos no mercado à vista em 2024 (1,72% do abate total de suínos).

Além disso, os preços de venda de muitos de seus produtos, incluindo todos os seus produtos para o mercado internacional, são altamente sensíveis ao preço de mercado dessas commodities e flutuam com esse preço. Até 31 de dezembro de 2024, a média do preço do farelo de soja no Brasil foi 13,9% menor do que a média do preço no mesmo período em 2023, a média do preço do milho no Brasil foi 3,9% menor que o mesmo período em 2023 e a média do preço do óleo de soja no Brasil foi 5,7% maior que o mesmo período em 2023. O efeito de reduções ou aumentos nos preços das matérias-primas na margem bruta é maior para produtos in natura em relação a produtos de valor agregado. A capacidade da Companhia de repassar aumentos de preços de matéria-prima a seus preços de venda é limitada pelos preços vigentes dos produtos vendidos em seus mercados internos e internacionais, especialmente com relação aos produtos *in natura*.

A tabela abaixo apresenta, nos períodos indicados, a flutuação do real frente ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio diárias médias e de encerramento de período e inflação brasileira medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”), IPCA e Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”).

(em Reais)	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Apreciação (depreciação) do real frente ao dólar norte-americano	(27,89%)	7,21%	6,50%
Taxa de câmbio do encerramento do período (U.S.\$1.00) ⁽¹⁾	6,19	4,84	5,22
Média (diária) da taxa de câmbio (U.S.\$1.00)	5,39	4,99	5,17
Taxa de câmbio básica SELIC (meta) do encerramento do período ⁽²⁾	12,25%	11,75%	13,75%
Inflação (INPC) ⁽³⁾	4,77%	3,71%	5,93%
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	4,83%	4,62%	5,79%
Inflação (IGP-M) ⁽⁵⁾	6,54%	(-) 3,18%	5,45%

Fonte: IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil.

(1) A média (diária) da taxa de câmbio é a soma das taxas de câmbio diárias com base na transação PTAX 800 Opção 5, dividida pelo número de dias úteis do período.

(2) A taxa de juros SELIC é a principal taxa de juros de referência brasileira.

(3) O INPC é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e oito salários-mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.

(4) O IPCA é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e 40 salários-mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.

(5) O IGP-M atribui pesos diferentes ao consumidor, preços de atacado e preços de construção. O IGP-M é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, fundação privada.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são significativamente afetados por mudanças no câmbio do real frente ao dólar norte-americano, euro e libra esterlina. As vendas da Companhia nos mercados internacionais são faturadas principalmente em dólares norte-americanos e, na Europa, em euros e libras esterlinas, porém seus resultados operacionais são registrados em reais. A depreciação do real frente a essas moedas aumenta o valor que a Companhia recebeu em reais, aumentando, dessa forma, a receita líquida da Companhia relacionada aos mercados internacionais, sendo que o oposto ocorre quando o real aprecia em relação às outras moedas.

Os preços do farelo de soja e da soja, importantes ingredientes das rações para animais da Companhia, estão diretamente vinculados ao dólar norte-americano. O preço do milho, outro importante ingrediente das rações, também é indexado, porém em níveis inferiores ao da soja e ao farelo de soja. Além do farelo de soja, da soja e do milho, a Companhia compra dos seus fornecedores localizados no exterior, tripas para linguças,

nutrientes minerais para ração, embalagens e outras matérias-primas, assim como equipamentos para uso em suas unidades de produção, os quais são pagos em dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se deprecia frente ao dólar norte-americano, o custo em reais das matérias-primas e equipamentos da Companhia atrelados à moeda dos Estados Unidos aumenta, sendo que tais aumentos podem afetar negativa e materialmente seus resultados operacionais. Por outro lado, a apreciação do real tem um efeito positivo nos seus custos já que parte deles são fixados em dólar norte-americano, contudo essa redução não afeta imediatamente seus resultados operacionais por causa da duração do seu ciclo de produção de aves e suínos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R\$12.400,4 milhões, representando 59,8% do total de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R\$11.093,4 milhões, representando 55,2% do total de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R\$12.549,2 milhões, representando 53,4% do total de empréstimos e financiamentos. Apesar de administrar uma parcela dos seus riscos cambiais por meio de derivativos e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares norte-americanos e outras moedas estrangeiras, as obrigações de dívida da Companhia em moeda estrangeira não se encontram completamente protegidas. Uma acentuada depreciação do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas aumentaria o montante em reais que seriam necessários para atender os requisitos do serviço de dívida das suas obrigações em moeda estrangeira. A Companhia atua no sentido de proteger o fluxo de caixa proveniente das receitas e custos denominados ou com importante influência da variação cambial, com base em limites estabelecidos em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros, de forma a evitar uma distorção de suas margens pela apreciação do real frente ao dólar norte-americano. Em caso de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, o efeito favorável nestas margens é parcialmente mitigado pelo volume de operações de *hedge* contratados com efeito no horizonte de tempo determinado pela Política de Gestão de Riscos Financeiros. Para maiores detalhes sobre a exposição operacional da Companhia ao câmbio ver itens 4.3.ii.b – “Exposição de Resultado Operacional” e 4.3.b – “Riscos Cambiais” acima.

Historicamente, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A demanda de seus produtos no mercado doméstico é sensível à inflação dos preços ao consumidor, conforme refletido em variações no INPC e IPCA, sendo que os custos e despesas da Companhia são incorridos em sua maioria em reais. Devido ao fato de que contratos de longo prazo com fornecedores e clientes não são habituais no setor da Companhia e os preços são geralmente negociados mensal ou trimestralmente, altas na inflação causam um impacto imediato na sua receita líquida e custos.

O índice IGP-M geralmente é usado na negociação de preços que a Companhia paga aos seus fornecedores como referência para a inflação. Além disso, a Companhia adquire energia elétrica para operar suas unidades de produção por meio de contratos de longo prazo que incluem ajustes periódicos de inflação majoritariamente indexado ao IPCA e em menor escala indexado ao IGP-M.

Em termos de custos com pessoal, os salários são ajustados geralmente uma vez ao ano, com base em Acordos Coletivos de Trabalho negociados entre representantes da Companhia e entidades sindicais dos trabalhadores. Geralmente, as partes, Companhia e sindicato, utilizam o INPC/IBGE como parâmetro para essas negociações.

Efeitos das taxas de juros

As despesas financeiras da Companhia são afetadas por alterações nas taxas de juros que se aplicam às suas dívidas de taxas flutuantes. As principais taxas que a Companhia estava exposta são o CDI (taxa do certificado de depósito interbancário aplicado aos seus contratos de swap cambial e algumas de suas outras dívidas denominadas em real), IPCA, *Secured Overnight Financing Rate* (Taxa de Financiamento Garantida da Noite, ou “SOFR”) e na *Emirates Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária Oferecida dos Emirados, ou “EIBOR”). Qualquer aumento nas taxas CDI, IPCA, SOFR ou EIBOR pode ter um impacto adverso nas despesas financeiras da Companhia e em seus resultados operacionais.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 do Formulário de Referência.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia, bem como não constaram ressalvas nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorre em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para a tomada de decisão. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve qualquer introdução ou alienação de segmentos operacionais.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia estão disponibilizadas no item 1.11 do Formulário de Referência. Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha causado ou que se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, qualquer evento ou operação não usual com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

As conciliações entre estas informações e os valores divulgados nas demonstrações financeiras estão apresentadas no item seguinte deste documento.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
<i>(em milhares de Reais)</i>	
Dívida Líquida	8.325.057
EBITDA Ajustado	10.507.846
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	0,79
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado / Receita Líquida)	17,1%

Medições não contábeis são geralmente definidas como aquelas utilizadas para mensurar desempenho histórico, posição financeira ou fluxos de caixa, porém excluem ou incluem valores que não seriam ajustados nas métricas constantes nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Medições não contábeis não possuem significados padronizados nem definições e podem não ser diretamente comparáveis a medições similarmente adotadas por outras companhias em função de diferenças em como são calculadas.

A Companhia adota as seguintes medições não contábeis:

Dívida Líquida

Mensurada como empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, menos caixa restrito circulante e não circulante, menos títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes menos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, líquidos. Dívida Líquida é uma medida não contábil complementar da condição financeira da Companhia e é utilizada na tomada de certas decisões pela Administração. A apresentação desta métrica não indica que todo o saldo de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos e valores mobiliários estão disponíveis para pagar os empréstimos e financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

	Em 31 de dezembro de 2024
<i>(em milhares de Reais)</i>	
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(12.400.412)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(8.340.136)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(304.579)
Endividamento Bruto	(21.045.127)
Caixa e equivalentes de caixa	11.165.364
Títulos e valores mobiliários	1.217.891
Caixa restrito	336.815
Dívida Líquida	(8.325.057)

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia ainda utiliza a métrica de EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*) Ajustado ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) Ajustado que é mensurada de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e corresponde ao resultado líquido do período, deduzido o resultado líquido das operações descontinuadas, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras (composta por receita de juros sobre caixa e equivalentes de caixa, juros sobre tributos a recuperar e outras receitas financeiras, por despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente e por efeito de variação cambial sobre ativos e passivos e resultado de instrumentos financeiros derivativos) e das depreciações, amortizações e exaustões. Os ajustes também incluem os impactos de eventos climáticos, reestruturação, gastos relacionados à alienação de negócios, valor justo de florestas, gastos com aquisições e integrações, dívida designada como *hedge accounting*, efeitos de hiperinflação, resultado da equivalência patrimonial e das Operações Carne Fraca e Trapaça.

O EBITDA Ajustado é utilizado para tomada de certas decisões pela Administração e é uma medida complementar de desempenho financeiro e de habilidade de geração de caixa operacional. O EBITDA Ajustado é uma medição não prevista nas normas contábeis brasileiras nem no IFRS (medição não contábil) e não deve ser considerado como um substituto de lucro (prejuízo) líquido, fluxo de caixa operacional, nem como base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional existentes de acordo com o IFRS.

A Margem EBITDA Ajustado é mensurado dividindo o EBITDA Ajustado pela receita líquida do período ou exercício.

Por fim, a Companhia utiliza a métrica de Alavancagem, derivada das métricas de Dívida Líquida e de EBITDA Ajustado, para fins de complemento na avaliação da sua capacidade potencial de pagamento de certos passivos por meio da geração potencial de caixa operacional. A Alavancagem é uma medição complementar, não prevista nas normas contábeis brasileiras nem nos IFRS aplicáveis a Companhia (medição não contábil), e não deve ser utilizada como substituta de quaisquer métricas contábeis.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.691.904
(+) Tributos sobre o lucro	1.357.969
(+) Receitas (Despesas) financeiras líquidas ⁽¹⁾	1.790.513
(+) Depreciação, amortização e exaustão	3.524.504
(+) Valor justo de florestas ⁽²⁾	78.578
(+) <i>Impairment</i> ⁽³⁾	12.474
(+) Eventos Climáticos - RS	112.701

(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	13.675
(+) Efeitos de hiperinflação ⁽⁴⁾	(74.472)
EBITDA Ajustado	10.507.846
Receita Líquida	61.379.038
Margem EBITDA Ajustada	17,1%

Detalhamento dos ajustes:

⁽¹⁾ Inclui receitas financeiras, despesas financeiras e variações monetárias e cambiais.

⁽²⁾ Valor de justos de florestas: aumentos ou decréscimos, conforme aplicável para cada período/exercício, no valor justo das florestas, reconhecido no custo dos produtos vendidos.

⁽³⁾ *Impairment*: inclui a redução no valor recuperável de ativos reclassificados para ativos mantidos para venda.

⁽⁴⁾ Hiperinflação: perdas líquidas decorrentes dos efeitos economia hiperinflacionária na Argentina, onde a Companhia possuía subsidiárias, e também na Turquia onde a Companhia possui subsidiária, registradas em cada rubrica das demonstrações do resultado de cada período.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA Ajustado ou LAJIDA Ajustado é mensurado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e corresponde ao resultado líquido do período, deduzido o resultado líquido das operações descontinuadas, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido (inclui receitas financeiras, despesas financeiras e variações monetárias e cambiais) e das depreciações, amortizações e exaustões. Os ajustes também incluem os impactos de eventos climáticos, reestruturação, gastos relacionados à alienação de negócios, valor justo de florestas, gastos com aquisições e integrações, dívida designada como *hedge accounting*, efeitos de hiperinflação, resultado da equivalência patrimonial e das Operações Carne Fraca e Trapaça.

A Administração utiliza o EBITDA Ajustado para tomada de certas decisões e entende que é uma medida complementar apropriada de desempenho financeiro que permite comparabilidade entre períodos e demonstra o potencial de geração de caixa operacional da Companhia. Da mesma forma, a Companhia utiliza métricas derivadas do EBITDA Ajustado, como Margem EBITDA Ajustado, para avaliação de desempenho em relação à receita líquida. EBITDA Ajustado é uma medição não prevista em IFRS (medição não contábil) e não deve ser considerado um substituto de lucro (prejuízo) líquido, fluxo de caixa operacional nem como base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional existentes de acordo com as normas contábeis brasileiras nem nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). O EBITDA Ajustado, conforme mensurado pela Companhia, pode não ser comparável a medidas similares de outras companhias.

A Administração também utiliza a medição não contábil de Dívida Líquida para mensuração da condição financeira e da capacidade de pagamento de certos passivos da Companhia, por meio da comparação entre certos saldos passivos e certos saldos ativos, conforme descrito no item 2.5 (a) do Formulário de Referência.

Esta medição é relevante dado que a Companhia possui política financeira que tem por objetivo estabelecer diretrizes para a gestão de sua estrutura de capital e monitoramento desta.

A Dívida Líquida é uma medição não prevista nas normas contábeis brasileiras nem no IFRS aplicáveis a Companhia (medições não contábeis) e não indica que todo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários estão disponíveis para pagar os empréstimos e financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

Por fim, a Companhia utiliza a métrica de Alavancagem, derivada das métricas de Dívida Líquida e de EBITDA Ajustado conforme indicado no item 2.5 (a) do Formulário de Referência, para fins de complemento na avaliação da sua capacidade potencial de pagamento de certos passivos por meio da geração potencial de caixa operacional. A Alavancagem é uma medição complementar, não prevista nas normas contábeis brasileiras nem nos IFRS aplicáveis a Companhia (medição não contábil), e não deve ser utilizada como substituta de quaisquer métricas contábeis.

2.6 Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes com relação às últimas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.7. Destinação de resultados

	2024
a. regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.
b. regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Por força de nota de crédito à exportação, cédula de crédito bancário, escritura de emissão debêntures e contrato de cessão de créditos vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Companhia, é vedada a distribuição, pela Companhia, de lucros, dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em tal nota, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Nadata deste Formulário de Referência, a Companhia estava em dia com o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia.
e. política de destinação de resultados	Em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados. O texto integral da Política poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia: https://ri.brf-global.com/https://ri.brf-global.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/ .

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos firmes de compra totalizaram R\$4.523.5 milhões.

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade tenha retido ou não transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente a 31 de dezembro de 2024.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras que têm ou que são suscetíveis de ter efeitos sobre a sua condição financeira, receitas e despesas, resultados das operações, liquidez, despesas de capital que sejam materiais para investidores.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8 do Formulário de Referência e irão afetar os custos e despesas da Companhia, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia. A gestão de tais riscos é feita em concordância à Política de Gestão de Riscos Financeiros da BRF.

(b) natureza e o propósito da operação

Tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e são compostas por contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Para uma descrição sobre a natureza de cada operação, assim como o montante das obrigações assumidas e os direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras, vide item 2.8 do Formulário de Referência.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

É prevista a realização, durante o exercício social de 2025, de investimentos relacionados à aquisição de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos biológicos, em linha com as necessidades estratégicas de crescimento, habilitações para novos mercados, eficiência operacional, qualidade e reposição de ativos, preservando a dinâmica de saúde financeira da companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram realizados investimentos em valor total de R\$2.422,9 milhões, com uma diferença de apenas 0,3% em relação aos investimentos realizados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$2.416,6 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes da geração de caixa operacional, bem como linhas de crédito com instituições financeiras e de fomento, incluindo empréstimos com objetivo de incentivo às atividades rurais e emissão de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional (vide item 2.1.f do Formulário de Referência para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não tem nenhum investimento relevante em andamento e não tem nenhum desinvestimento relevante previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aquisição de fábrica de processados na província de Henan na China

Em 20 de novembro de 2024, a BRF GmbH, subsidiária integral da Companhia, firmou contrato vinculante com a Henan Best Foods Co. Ltd., uma subsidiária da OSI Group, empresa norte-americana que atua no processamento de alimentos, para adquirir uma fábrica de processados na província de Henan, China. A transação tem o valor total de U\$42.700 milhões equivalente a R\$246.563 milhões. A fábrica possui duas linhas para processamento de alimentos, com capacidade de 28 mil toneladas/ano e possibilidade de expansão para duas linhas adicionais. O fechamento dessa operação está sujeito à verificação de condições precedentes aplicáveis a transações dessa natureza, incluindo a aprovação pelas autoridades regulatórias e reorganização societária dos ativos que constituem a fábrica.

Aquisição de participação na Addoha Poultry Company

Em 31 de novembro de 2024 a BRF Arabia Holding Company, joint venture detida 70% pela BRF e 30% pela Halal Products Development Company, por sua vez uma subsidiária integral do Public Investment Fund da Arábia Saudita ("PIF"), firmou contrato vinculante para adquirir 26% da Addoha Poultry Company ("Addoha"), sociedade que opera no abate de frangos no Reino da Arábia Saudita. A transação tem o valor total de SAR 316,2 milhões (equivalentes a R\$511,1 milhões), dos quais SAR 216,2 milhões (equivalentes a R\$349,5 milhões) serão integralizados na Addoha. Em 14 de janeiro de 2025, a BRF Arabia e os atuais acionistas da Addoha firmaram um acordo de acionistas, cujo objeto é assegurar a participação efetiva na administração da Addoha e permitir que o *know how* da BRF e da HPDC contribua para maximização das sinergias entre as entidades.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (“**PD&I**”) da Companhia compreendem a pesquisa e inovação agropecuária e a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos. O time de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos está localizado em Jundiaí, no Estado de São Paulo, onde fica o *BRF Innovation Center* (“**BIC**”).

O BIC tem área total de 13.500m². O prédio exemplifica o compromisso da Companhia com o investimento em PD&I para criar e agregar valor aos seus produtos, processos e serviços. Sua estrutura foi desenvolvida para estabelecer padrões de desenvolvimento tecnológico na indústria de alimentos, incluindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento de carnes, massas, margarinas, vegetais, embalagens, artes gráficas, padronização visual de embalagens, qualidade de fornecedores, assuntos regulatórios, sustentabilidade e bem-estar animal. A instalação conta com salas de reunião, unidade piloto, áreas para testes e avaliação sensorial, laboratórios de embalagens, cozinhas com serviço de alimentação, biblioteca e espaços para *brainstorming* e *benchmarking* com potenciais parceiros. A unidade piloto instalada no BIC pode reproduzir com fidelidade todos os processos fabris disponíveis em escala industrial na BRF, permitindo que o desenvolvimento de novos produtos e a otimização de produtos já existentes no portfólio da Companhia sejam feitos de forma rápida, eficaz e econômica.

A Companhia considera os investimentos em PD&I como fator fundamental para a manutenção de vantagens competitivas, inclusive visando otimizar a cadeia produtiva, melhorar fatores de sustentabilidade, e lançar produtos inovadores atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados. Além dos investimentos, a gestão dos conhecimentos técnicos é um ativo fundamental para a construção e manutenção do valor do seu portfólio de produtos. O processo de gestão do conhecimento ao longo de 2024 foi incorporado em mais de 71 projetos de produtos. A incorporação de ferramentas de gestão do conhecimento permite que os aprendizados e as tecnologias desenvolvidas nos projetos sejam organizados de forma a facilitar a consulta, registrar as tecnologias e permitir agilidade na execução de projetos futuros.

A área de PD&I agropecuária visa fortalecer a competitividade por meio da introdução contínua de novas tecnologias. O objetivo dessas atividades é reduzir os custos de produção, melhorar a qualidade do produto e a satisfação do cliente e atender às demandas dos consumidores, bem como proporcionar um melhor bem-estar animal. Para isso, há a manutenção de uma equipe de especialistas qualificados e experientes para experimentar novos produtos e novas tecnologias aplicadas a agropecuária. Essa equipe inclui pesquisadores altamente qualificados, doutores e mestres, veterinários, agrônomos, zootecnistas e técnicos. Além disso, existem acordos de colaboração com diversas universidades, instituições governamentais de pesquisa e empresas privadas inovadoras, e são utilizados vários incentivos à pesquisa disponibilizados por agências governamentais de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia acredita possuir uma das maiores instalações de pesquisa experimental agropecuária de aves e suínos do mundo e possui estrutura experimental de pesquisa para aves e suínos, com uma fábrica de rações experimental e 19 galpões experimentais, os quais são distribuídos em quatro granjas experimentais, localizadas no Estado de Santa Catarina, com um total de 1.392 baias experimentais para avaliações das características de impacto na cadeia de produção. Além disso, a Companhia possui oito laboratórios bromatológicos, cinco laboratórios com espectroscopia do infravermelho próximo (NIRS – *Near Infrared Spectroscopy*) para recebimento de grãos e cinco laboratórios de saúde animal que suportam as atividades de pesquisa e a operação.

O departamento de pesquisa formal, possui iniciativas de pesquisa de campo no sistema de produção que permite avaliar todas as tecnologias em condições reais de produção. A pesquisa de campo também é utilizada para calcular a produtividade e o impacto financeiro das inovações e estabelecer o momento adequado para introduzir uma nova tecnologia. A Companhia acredita que o sistema de pesquisa de campo traz uma vantagem em relação a outros centros de pesquisa e outras Companhias do setor. Com relação aos projetos de produtos de PD&I, está em andamento projetos de pesquisa sobre redução de aditivos em produtos cárneos, soluções naturais de ingredientes para prolongar o prazo de validade dos produtos com garantia de segurança alimentar, novas embalagens e redução do uso de materiais de embalagem. Outra frente importante nos projetos de pesquisa está relacionada à redução e otimização de custos na formulação de produtos, sempre equilibrando a acessibilidade, os aspectos sensoriais e nutricionais com as exigências do

consumidor.

Além disso, a Companhia possui um programa próprio de melhoramento genético de suínos em oito granjas, competindo com os pacotes genéticos comerciais globais, o qual supre 70% da demanda anual da BRF. O programa conta com uma equipe altamente qualificada que inclui geneticistas, especialistas em reprodução, qualidade da carne e manejo. Em 2022 foi iniciado um upgrade no setor de genômica, o qual vem sendo aprimorado e otimizado quanto ao controle de qualidade da informação genômica.

A Companhia se beneficia de créditos fiscais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) desde 2009, para incentivar a pesquisa em inovação, chamada Lei do Bem. Este programa apoia a inovação tecnológica com base no desenvolvimento de novos produtos e novos processos de fabricação e melhoria incremental em produtos ou processos reais. Nos últimos anos, foram estabelecidas parcerias de pesquisa em projetos financiados pela EMBRAPA, FINEP, CNPq e BNDES, em diferentes áreas de pesquisa.

A Companhia possui pesquisadores e gerentes de projetos que se dedicam a contribuir continuamente com ideias inovadoras para o segmento de PD&I, ao mesmo tempo em que otimizam custos, processos e formulações. A Companhia desenvolveu um processo por etapas exclusivo, que é gerenciado por uma equipe multifuncional para tomar decisões bimestrais sobre possíveis inovações. Com isso, a Companhia pode acelerar o processo de tomada de decisão, em uma cadeia muito complexa, considerando múltiplos pontos de vista.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia gastou R\$66,1 milhões em atividades de PD&I de acordo com os critérios de contabilização da Lei do Bem. A Companhia entende que investir em PD&I é um fator chave para manter suas vantagens competitivas, seja para otimizar sua cadeia produtiva, melhorando a sustentabilidade, bem como lançando produtos inovadores, atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia conta com um programa próprio de melhoramento genético de suínos, competitivo com os programas das empresas de genética internacionais. Tal programa atende, atualmente, por opção, 70% da produção da Companhia. O programa conta com seis granjas núcleo no Estado de Santa Catarina, com um quadro de 136 colaboradores ativos, uma granja no Estado de Goiás, com um quadro de 42 colaboradores ativos, além de uma granja backup no estado de Minas Gerais. Hoje a Companhia possui um banco de tecidos com mais de 690 mil amostras de material genético e uma série de trabalhos foram realizados para a incorporação da avaliação genômica e no ano de 2021 iniciou o processo de seleção dos animais utilizando os valores genéticos genômicos. Para viabilizar esse salto tecnológico, a Companhia estabeleceu parcerias com seis centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, centros de pesquisa, universidades e órgãos de pesquisa e desenvolvimento (BNDES, Finep, CNPq e FAPESP) e formou um quadro com sete geneticistas.

O processo integrado de inovação agropecuária da Companhia parte de interfaces com empresas e centros de pesquisa, caracterizado pelo compartilhamento da utilização de estruturas físicas e corpo técnico, para solução das principais demandas pelo desenvolvimento de trabalho em conjunto, mas principalmente resultando na retroalimentação de novas propostas de inovação a partir da própria rede de desenvolvimento tecnológico.

A equipe de PD&I do BIC trabalha em conjunto com a área de Garantia da Qualidade na adoção de práticas internacionais de garantia de qualidade, *food safety* e *food fraud*, além do desenvolvimento de sistemas de acompanhamento para monitoramento de produtos e processos industriais.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Além dos montantes apresentados no item (ii) acima, em 2024, alinhada às tendências de consumo, como conveniência, praticidade, saudabilidade e indulgência, a BRF continuou a inovar. Sob a marca Sadia, a Companhia aumentou o portfólio de empanados com a linha *Xtreme* com os novos sabores queijo nacho e cheddar, além do *Pop Nuggets* com empanamento tempura. Na categoria de Frios, Sadia fez história com o Mignoneto, feito com 100% filé mignon suíno, é uma fonte de proteína que tem menos calorias e menos gordura. Perdigão expandiu sua linha Na Brasa com novos produtos para churrasco, como os novos hambúrgueres em embalagens unitárias nas versões de picanha e costela. Para o Natal, Perdigão lançou a Linguíça de Chester apostando na diversificação de ocasiões que vão além da ceia.

Em 2024, a Companhia lançou, em parceria com a Marfrig, os Hambúrgueres Bassi, ganhando a assinatura de Sadia Bassi, os Hambúrgueres Perdigão, sendo agora endossados por Montana, e o novo corte de costela bovina pré-assada na linha de comemorativos Sadia. Nas margarinas, em 2024, reforçamos nosso foco nas regionalidades. Deline, a margarina mais vendida na região Nordeste, ganhou destaque com o novo sabor inspirado na culinária local, Deline sabor Milho, desenvolvido e aprovado pelos consumidores da região.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões Ambiental, Social e Governança (“ASG”)

A Companhia formalizou o compromisso de ser Net Zero até 2050, contribuindo para os esforços mundiais contra o aquecimento global, e deu passos concretos nesta direção. Em 2024, tivemos nossas metas aprovadas pela *Science Based Target initiative* (SBTi), nos tornando a 1ª empresa do setor de alimentos do Brasil a ter metas de acordo com a nova metodologia *Forest, Land and Agriculture* (“FLAG”), que considera emissões de florestas, uso da terra e agricultura.

Embora seja responsável por cerca de 20% das emissões globais, o setor mundial de Florestas, Terras e Agricultura (FLAG) tem o potencial de absorver uma quantidade significativa das emissões existentes na atmosfera. Reconhecendo a importância desse setor para o cumprimento das metas do Acordo de Paris, a SBTi publicou, em setembro de 2022, um guia com diretrizes para a definição de metas baseadas na ciência para empresas do setor FLAG. Esse guia exige que as companhias contabilizem suas emissões FLAG e forneçam caminhos para a descarbonização, alinhados com o cenário de 1,5 graus Celsius.

A limitação ao cenário de 1,5°C e a incorporação das emissões FLAG ao inventário de BRF, como as emissões da criação animal e as emissões da mudança do uso do solo na originação dos grãos, tornam as metas da companhia ainda mais ambiciosas.

O novo compromisso da companhia é reduzir em 51% as emissões diretas de suas operações (escopos 1 e 2), incluindo as emissões geradas pelas fábricas, centros de distribuição e o consumo de energia nas operações próprias. Já para as emissões indiretas, que abrangem a cadeia de valor (escopo 3), responsável por 98% das emissões da empresa, a meta é a reduzir 35,7%, com o desafio de se tornar uma companhia NetZero, neutralizando suas emissões residuais. A companhia também se compromete com o desmatamento zero em sua cadeia de fornecimento, direta e indireta, até 2025.

Para cumprir suas metas, a BRF possui o Plano Net Zero, uma iniciativa estratégica baseada em quatro frentes de ação: o comprometimento com uma cadeia de fornecimento, direta e indireta, livre de desmatamento; o fomento a uma agropecuária de baixo carbono, conciliando produção e conservação ambiental; a transição para uma matriz energética renovável; e o aumento da eficiência operacional, buscando otimizar o consumo de recursos energéticos e adotar tecnologias de menor emissão em nossas operações.

Na frente de energia renovável, com as parcerias firmadas com Auren Energia S.A. e com o Grupo Powerchina para a construção dos parques eólico e solar, respectivamente, a BRF vêm avançando em direção ao seu compromisso de ter 100% energia elétrica renovável até 2030. Foram anunciados aportes de cerca de R\$132 milhões em energia limpa, cobrindo três importantes pilares de sustentação do negócio da Companhia: a sustentabilidade, pela redução da emissão de gases do efeito estufa; o econômico, pela competitividade de custos; e operacional, pela garantia de fornecimento de energia para suas unidades.

Em busca de uma cadeia livre de desmatamento, nosso compromisso de monitoramento para 100% dos biomas que atuamos no Brasil. Conquistamos 100% de monitoramento dos fornecedores diretos de grãos e 100% dos indiretos na Amazônia e Cerrado, que correspondem a 62% do volume adquirido. Considerando todos os biomas, alcançamos 100% de rastreabilidade dos fornecedores diretos e 100% dos indiretos, antecipando a meta pública de atingir 100% de monitoramento até 2025.

Para atingir esse resultado utilizamos uma plataforma tecnológica de monitoramento territorial, que permite cadastrar as propriedades dos seus fornecedores e monitorá-las para garantir um fornecimento mais sustentável. Dentre as ferramentas utilizadas para confirmar a elegibilidade dos fornecedores, a Companhia destaca os seguintes procedimentos: Embargos do IBAMA, ICMBio e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (quando disponíveis), desmatamentos detectados pelo PRODES, sobreposições com terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação. Esses critérios estão alinhados com as melhores práticas de mercado. Além disso, as análises são realizadas de forma sistemática em toda a nossa base de fornecedores. Para fornecedores que descumpram os critérios estabelecidos em nossa Política de Compra Sustentável de Grãos, a Companhia faz o bloqueio preventivo e avalia o caso. Para casos extraordinários, que não se encaixam no fluxo Decisório a Companhia formou o Comitê Multidisciplinar de Sustentabilidade de Grãos, composto pelas áreas de Commodities, Sustentabilidade, Reputação, Compliance e Jurídico. O Comitê avalia, do ponto de vista de cada área, sobre a manutenção ou a suspensão da negociação. Para além do monitoramento, a Companhia atua no engajamento com seus parceiros para soluções conjuntas que tragam benefícios à cadeia como um todo.

Com o objetivo de integrar os produtores à agenda de sustentabilidade, a Companhia firmou parcerias com instituições financeiras a fim de custear a instalação de painéis solares nas propriedades de seus integrados. Atualmente cerca de 66% do volume da nossa produção de aves e suínos vieram de integrados com energia fotovoltaica. Esse resultado significa que mais de 3.800 produtores já estão produzindo com energia solar. Além da vantagem ambiental, a migração tem proporcionado a eles uma redução média de 95% no custo de energia. O total gerado nessas propriedades equivale ao consumo de uma cidade de 230 mil habitantes.

Reforçando seu comprometimento e padronização em bem-estar animal, em 2023 a Companhia cumpriu o compromisso público relacionado a criação de aves livres de gaiolas no âmbito global e concluiu a certificação de 100% das unidades industriais na temática do abate de aves e suínos no Brasil. Por meio do programa global Bem-Estar Animal Feito na BRF, a Companhia estabeleceu políticas, normas, processos e indicadores de acordo com as especificidades de cada localidade onde atua. O programa tem como premissa o conceito dos cinco domínios do Bem-Estar Animal, uma evolução das cinco liberdades dos animais desenvolvidas no ano de 1979 pelo *Farm Animal Welfare Committee* (FAWC). A alta liderança está engajada pelo programa e a Companhia conta com um grupo diversificado de especialistas para a tomada de decisão sobre os cuidados e instalações que envolvem os animais.

Desde 2012, o Instituto BRF atua em todos os municípios do Brasil com presença da BRF com foco na aceleração de iniciativas de impacto social e na gestão do Programa de Voluntariado Corporativo da empresa. Os eixos de atuação do Instituto BRF compreendem os temas de saúde e segurança alimentar, redução do desperdício de alimentos, empreendedorismo e educação profissional. O Instituto contribui para aproximar a BRF da comunidade do entorno, através do relacionamento e desenvolvimento social e da construção de reputação positiva para a Companhia. Por fim, como desdobramento das investigações independentes, em 28 de dezembro de 2022 a Companhia assinou um Acordo de Leniência com a CGU AGU abordando temas relacionados às operações conduzidas pelas entidades governamentais brasileiras, demonstrando também avanços na área de Governança.

Por meio do Acordo de Leniência, a Companhia assumiu os compromissos: (i) pagar o montante total de R\$583,9 milhões; e (ii) aperfeiçoar continuamente seu programa de integridade com o apoio e monitoramento da CGU. Ainda, em razão do Acordo de Leniência, as autoridades signatárias promoverão o arquivamento de eventuais processos administrativos contra a BRF, além de assumirem o compromisso de não promoverem ações judiciais contra a Companhia, envolvendo as condutas objeto do Acordo.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante no desempenho operacional da Companhia.

BRF S.A.**Anexo II – Informações exigidas pelo Anexo A à Resolução CVM nº 81/2022****1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício de 2024 foi de R\$3.213.273.542,81.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Valor (R\$)	Valor por Ação ON (R\$)	
		Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o capital próprio declarados em 13.11.2024, atualizados em 25.11.2024, e pagos em 05.12.2024	945.999.706,47	0,58165567149	0,505170676210587
Juros sobre o capital próprio declarados em 04.12.2024 e pagos 30.12.2024	199.999.704,81	0,12297160073	0,106749333991202

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor (R\$)	Percentual
Lucro Líquido do Exercício de 2024	3.213.273.542,81	
Reserva Legal	(160.663.577,14)	
Reserva de Inventivos Fiscais	(639.740.964,50)	
Base de Cálculo dos Dividendos/JCP	2.412.869.001,17	
Total Bruto de Juros sobre o Capital Próprio	1.145.999.411,28	
Imposto de Renda na Fonte sobre JCP ^(*)	(150.777.739,73)	
Total Líquido de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	995.221.671,55	41,2 %

(*) IR na fonte não considera acionistas imunes/isentos

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

1. R\$946.000.000,00, referentes aos juros sobre o capital próprio declarados em 13 de novembro de 2024, atualizados em 25 de novembro de 2024, e pagos em 5 de dezembro de 2024;
2. R\$200.000.000,00, referentes aos juros sobre o capital próprio declarados em 4 de dezembro de 2024 e pagos em 30 de dezembro de 2024.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Conforme acima referido, os juros sobre o capital próprio declarados em 13 de novembro de 2024 foram pagos em 5 de dezembro de 2024, enquanto os juros sobre o capital próprio declarados em 4 de dezembro de 2024 foram pagos em 30 de dezembro de 2024.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro (prejuízo) líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	2024	2023	2022	2021
Valor R\$	1,93	(1,49)	(2,96)	0,52

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Nos três exercícios sociais anteriores, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$**160.663.577,14**.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A destinação de parcela do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social.

O valor correspondente 5% do lucro líquido do exercício social de 2024, no montante de R\$**160.663.577,14**, foi destinado à constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal era de R\$**160.663.577,14**, o que equivalia a 1% do capital social da Companhia na mesma data.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O dividendo obrigatório está previsto no artigo 36 do Estatuto Social, correspondendo a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Dessa forma, para a determinação da base de cálculo do dividendo obrigatório devido aos acionistas foram deduzidos, do montante correspondente ao lucro líquido do exercício de 2024, os valores destinados à reserva legal e à reserva de incentivos fiscais.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há previsão de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não haverá retenção de qualquer montante referente ao dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não haverá retenção de qualquer montante referente ao dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não haverá retenção de qualquer montante referente ao dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 36 do Estatuto Social estabelece que o saldo do lucro líquido, verificado após a constituição da reserva legal e a distribuição do dividendo obrigatório, terá a seguinte destinação (i) 20% para constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social; e (ii) até 50% para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante proposto para ser destinado à (i) Reserva para Aumento de Capital é de R\$**482.573.400,23**, correspondente a **20%** do lucro líquido ajustado do exercício social de 2024 e; (ii) Reserva para Expansão é de R\$**796.275.141,80**, correspondente a **33%** do lucro líquido ajustado do exercício social de 2024.

c. Descrever como o montante foi calculado

O valor destinado às reservas estatutárias resulta da destinação do lucro líquido do exercício, deduzido do montante atribuído à reserva legal, à reserva de incentivos fiscais e dos juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido do Exercício de 2024	3.213.273.542,81
Ganhos atuariais	11.978.952,14
Reserva Legal	160.663.577,14
Reserva de Incentivos Fiscais	639.740.964,50
Juros sobre o Capital Próprio	1.145.999.411,28
Valor Destinado à Reserva Estatutária de Aumento de Capital	482.573.400,23
Valor Destinado à Reserva Estatutária de Expansão	796.275.141,80

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva de incentivos fiscais foi de R\$**639.740.964,50**.

b. Explicar a natureza da destinação

A natureza da destinação em questão é de doações ou subvenções governamentais para investimentos (programas de incentivos estaduais que se traduzem em créditos de ICMS).

BRF S.A.

Anexo III – Informações sobre a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal (Item 8 do formulário de referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022)

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e dos diretores estatutários e não estatutários, tem como objetivo atrair, engajar e reter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio. Da mesma forma, visa criar um plano de recompensa e incentivos adequados à condução sustentável dos negócios, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas às melhores práticas de mercado e governança corporativa.

Cabe ainda mencionar que a Companhia possui um Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, um órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia que, dentre outras atribuições, é responsável por analisar periodicamente a estratégia de remuneração fixa e variável adotada, emitindo suas recomendações a respeito, bem como sugerindo eventuais modificações a serem implementadas na política de remuneração para apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2023 e encontra-se disponível para acesso dos acionistas, investidores e o mercado em geral nos websites de Relação com Investidores da Companhia (<http://ri.brf-global.com>) e da CVM.

Para mais detalhes sobre a metodologia adotada, vide o item (b) (iii) abaixo.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

As remunerações individuais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são periodicamente revistas e analisadas pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura com o apoio da Vice-presidência de Recursos Humanos e do Presidente Global, discutindo os princípios gerais da política de remuneração e recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A remuneração individual dos administradores (inclusive dos membros dos Comitês) e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (por meio da seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura avalia anualmente as diretrizes e prática de remuneração dos administradores e empregados da Companhia e, caso entenda necessário, submete ao Conselho de Administração recomendação de modificação na remuneração até então adotada.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

• **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A prática adotada pela Companhia em relação aos diversos componentes da remuneração está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo, na medida em que, ao definir os componentes da remuneração, busca-se o alinhamento entre os interesses da Companhia e dos administradores. A remuneração fixa é definida de acordo com as práticas de mercado, conforme já descrito anteriormente, objetivando a atração e retenção do profissional e recompensando o desempenho individual. A remuneração variável de curto prazo, que representa parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a indicadores de desempenho alcançáveis no prazo de um ano; essa determinação tem por objetivo remunerar de acordo com o mercado e, principalmente, o crescimento, rentabilidade e outros indicadores não financeiros da Companhia, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores, condicionando o ganho do executivo à perenidade do negócio, promovendo assim uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

Além disso, os planos de remuneração baseados em ações da Companhia foram criados para fortalecer o alinhamento com acionistas a fim de criar uma visão e comprometimento de longo prazo nos executivos, promovendo o conhecimento, as competências e o comportamento necessários à perenidade do negócio, além de reforçar o nível de atração e retenção dos seus principais executivos.

Atualmente são elegíveis ao programa de remuneração baseados em ações diretores estatutários e não estatutários e gerentes executivos. Em termos de instrumentos, a Companhia possui planos de *stock options*, ações restritas e ações por performance, embora nos últimos anos tenha outorgado aos executivos apenas ações restritas e ações por performance que, por sua vez, são um excelente instrumento de alinhamento de interesse vinculado a uma meta de geração de valor ao acionista.

Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, e tem por objetivo a compensação adequada aos conselheiros pela participação em reuniões e pelas suas contribuições ao referido órgão.

Quando aplicável, alguns membros do Conselho de Administração podem receber outros valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida), benefícios de cessação do exercício do cargo (cláusulas previstas em contrato de não concorrência – “*non compete*”), benefício pós-emprego (previdência privada), adicional por participação em comitês e incentivos de longo prazo (plano de remuneração baseada em ações).

Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais. A remuneração é determinada na respectiva assembleia geral que aprova sua eleição, não sendo inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída à Diretoria Estatutária, não computados os benefícios e demais parcelas variáveis, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações. Os suplentes não recebem qualquer outro tipo de remuneração, recebendo remuneração apenas pelas reuniões que participarem.

Diretoria Executiva

A remuneração global e anual dos membros da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração com base nas práticas de mercado (vide item (b) (iii) abaixo) e é composta por remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva pode contemplar eventuais gratificações adicionais que visem a atração e retenção dos profissionais. Esta composição visa promover a execução do planejamento estratégico e a busca dos resultados de forma coerente, transparente e voltada aos interesses da organização, dos acionistas e dos demais stakeholders.

A remuneração fixa, composta de 13 pagamentos mensais e abono de férias, tem por objetivo a compensação pelos serviços prestados.

A remuneração dos membros da Diretoria também pode contemplar valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, alimentação, *check-up*), compromissos de desligamentos (verbas atreladas a compromissos de não concorrência, não solicitação e uso de informações confidenciais), incentivos de contratação e de retenção que se mostrarem necessários e benefício pós-emprego (previdência privada), seguindo as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo é constituída e paga através do Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR da Companhia, que tem por objetivo incentivar e reconhecer os executivos pelo alcance dos resultados de curto prazo da Companhia. Este incentivo está atrelado ao alcance de metas globais pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício social pelo Conselho de Administração. O potencial a ser pago a cada executivo é baseado em múltiplos do salário mensal, metas coletivas e individuais e avaliação de desempenho individual.

A remuneração variável de longo prazo é constituída e paga através do (i) plano de remuneração baseado em opções de ações, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020; e (ii) plano de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2018, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, os quais têm por objetivo atrair, manter, motivar os executivos e gerar valor para a Companhia, além de ser um importante mecanismo de alinhamento dos executivos aos interesses dos acionistas no longo prazo. O potencial a ser concedido a cada executivo é determinado em múltiplos do salário mensal, e a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas poderá, a critério do Conselho de Administração, ser subordinada, total ou parcialmente, à verificação do atingimento, pela Companhia, de determinados índices de desempenho.

Tal composição de remuneração estimula a busca de resultados pela Diretoria e reconhece o alcance e a superação das metas pré-definidas, direcionando as ações aos indicadores e alavancas chaves para a garantir a execução da estratégia e a geração de resultados da Companhia, equilibrando curto e longo prazo.

Comitês

Membros do Conselho de Administração eleitos para composição dos Comitês de Assessoramento atualmente não recebem remuneração fixa adicional por participação nos Comitês. Desde 2015, os membros externos que participam de determinados Comitês de Assessoramento, conforme deliberação do Conselho de Administração, fazem jus a remuneração fixa mensal.

Atualmente, os membros da Diretoria, estatutária ou não estatutária, ou outro colaborador da Companhia que participem de Comitês de Assessoramento não fazem jus a qualquer remuneração adicional, exceto se deliberado pelo Conselho de Administração.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

2024	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	31,55%	48,15%	1,02%	0,00%	19,29%	100,00%
Diretoria não estatutária	24,15%	49,80%	5,01%	0,00%	21,04%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Sustentabilidade	100,00%	-	-	-	-	100,00%

2023	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	38,00%	32,00%	14,00%	-	16,00%	100,00%
Diretoria não estatutária	28,00%	23,00%	31,00%	-	18,00%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Sustentabilidade	100,00%	-	-	-	-	100,00%

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	88,00%	-	-	-	12,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	44,00%	0,00%	13,00%	-	43,00%	100,00%
Diretoria não estatutária	51,00%	0,00%	15,00%	-	34,00%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Inteligência do Consumidor	100,00%	-	-	-	-	100,00%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura analisa anualmente a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada pela Companhia, a qual é posteriormente submetida à apreciação, deliberação

e aprovação do Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores, inclusive membros dos Comitês e membros do Conselho Fiscal, é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é estabelecida em assembleia geral de acionistas, levando-se em consideração os elementos citados no parágrafo anterior.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Em relação à remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e performance individual dos seus executivos.

Para a determinação dos valores da remuneração variável, é considerado o desempenho dos executivos mediante estabelecimento prévio de metas da companhia e metas individuais. O pagamento depende do atingimento de resultados de indicadores como, por exemplo, EBITDA, ROIC, TSR, resultado líquido, indicadores técnicos e de performance, ganhos de eficiência, índice de segurança do trabalho, produtividade, entre outros, sempre alinhados com a estratégia da Companhia.

No incentivo de curto prazo, os valores dependem também do atingimento do BRF+, nosso programa de captura de melhorias operacionais, que tem por objetivo garantir o plano de eficiência e manter conexão clara entre todas as metas da companhia, entre elas metas ASG. Dentre os indicadores do BRF+ para 2025, há metas como redução de consumo de vapor, redução de consumo de energia e manejo agropecuário.

O BRF+ é, portanto, uma das métricas adotadas pela Companhia para fins de gatilho e aceleração de recebimento de incentivos de curto prazo dos administradores e, em seu cálculo, considera o atingimento do combo de metas relacionadas, entre elas a ESG. O atingimento de cada meta específica que compõe o BRF+ (incluindo as metas relacionadas a ESG) influencia o montante final a ser distribuído a título de remuneração variável dos administradores.

- (ii) **razões que justificam a composição da remuneração**

A política da Companhia distribui de forma equitativa os componentes da remuneração fixa de modo a assegurar o alinhamento às práticas de mercado e ao sistema de governança.

A remuneração variável visa o alcance e a superação das metas corporativas e individuais, o que induz ao compartilhamento de riscos e resultados.

Em relação aos benefícios diretos e indiretos e benefícios pós-emprego, os administradores são enquadrados às mesmas políticas vigentes aplicáveis aos demais empregados da Companhia.

- (iii) **membros não remunerados**

Não existem membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e diretoria não estatutária da Companhia que, por qualquer motivo, não recebam remuneração paga pela Companhia. Em relação aos membros dos Comitês, conforme informado no item (b) acima, os participantes de Comitês que não são membros da administração da Companhia possuem remuneração fixa especificamente pela sua participação no Comitê.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração fixa anual	13.179.755,50	55.079.082,83	943.060,83	69.201.899,15
Salário ou pró-labore	13.179.755,50	25.864.578,31	943.060,83	39.987.394,64
Benefícios direto e indireto	0,00	6.902.090,77	0,00	6.902.090,77
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	22.312.413,74	0,00	22.312.413,74
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores de bônus contratação e programas de retenção	N/A	N/A
Remuneração variável	0,00	28.588.857,17	0,00	28.588.857,17
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	28.588.857,17	0,00	28.588.857,17
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	
Cessação do cargo	0,00	3.867.746,31	0,00	3.867.746,31
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	30.341.497,37	0,00	30.341.497,37
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	13.179.755,50	117.877.183,67	943.060,83	132.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,25*	8,00	3,00	20,25
Nº de membros remunerados	9,25*	8,00	3,00	20,25
Esclarecimento	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	N/A
Remuneração fixa anual	11.121.000,00	33.131.354,67	690.500,00	44.942.854,67
Salário ou pró-labore	11.121.000,00	19.859.454,00	690.500,00	31.670.954,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.003.466,00	0,00	1.003.466,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	12.268.434,67	0,00	12.268.434,67
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores de bônus contratação e programas de retenção	N/A	N/A
Remuneração variável	0,00	50.563.500,00	0,00	50.563.500,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	50.563.500,00	0,00	50.563.500,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	
Cessação do cargo	0,00	1.067.800,00	0,00	=1.067.800,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	20.260.511,00	0,00	20.260.511,00
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	11.121.000,00	105.023.165,67	690.500,00	116.834.665,67

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.800.000,00	19.342.294,00	588.000,00	27.730.294,00
Benefícios direto e indireto	0,00	944.903,00	0,00	944.903,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.950.493,00	0,00	4.950.493,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores de bônus de contratação e programas de retenção.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	21.355.717,00	0,00	21.355.717,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	
Cessação do cargo	0,00	9.071.659,00	0,00	9.071.659,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.827.048,00	0,00	10.827.048,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	7.800.000,00	66.492.114,00	588.000,00	74.880.114,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.885.000,00	17.409.000,00	576.000,00	26.870.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00
Participações em comitês	606.000,00	0,00	0,00	606.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	
Cessação do cargo	0,00	5.530.000,00	0,00	5.530.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.249.000,00	18.184.000,00	0,00	19.433.000,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	10.740.000,00	42.208.000,00	576.000,00	53.524.000,00

8.3. Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025		Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	57.177.714,34	0,00	57.177.714,34
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	28.588.857,17	0,00	28.588.857,17
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,25*	8,00	3,00	20,25
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024	-	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2024.	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	50.563.500,00	0,00	50.563.500,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	25.930.000,00	0,00	25.930.000,00
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	50.563.500,00	0,00	50.563.500,00

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00

N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2023.		Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2023.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	35.578.869,00	0,00	35.578.869,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	23.719.246,00	0,00	23.719.246,00
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	21.355.717,00	0,00	21.355.717,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2022.		Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2022.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	25.269.000,00	0,00	25.269.000,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	16.846.000,00	0,00	16.846.000,00
valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

1) Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações – Aprovado em AGOE de 8 de abril de 2015 e modificado em AGOE de 27 de abril de 2020

(a) termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 8 de abril de 2015 e alterado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, tem como público elegível os diretores estatutários, os diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos na Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários das opções deste plano, entretanto, membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, poderão, na qualidade de diretores, receber outorgas de opções da Companhia.

O instrumento referente ao Plano de Opção de Compra de Ações é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido, pela Companhia ao executivo, um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas são determinados pelo Conselho de Administração anualmente e devem estar vinculados à obtenção de resultados previamente definidos e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações, é utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting*), o ganho resultante da opção seja igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcança seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio tiver sido atingida.

Os participantes do Plano de Opção de Compra de Ações deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, através do qual o participante adquire o direito de opção de compra de ações de emissão da Companhia, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Opção de Compra de Ações cabe ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando os requisitos legais aplicáveis e os limites da diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Será facultado ao mesmo constituir um Comitê especial para assessorá-lo na administração do Plano.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 8 de abril de 2015 e alterado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que pode ser objeto de outorga de opção de compra, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 42.061.831 em 31 de dezembro de 2024.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano, não poderá exceder a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opção de compra, que é equivalente a 2,5% do número total de ações da Companhia, correspondente a 42.061.831 ações em 31 de dezembro de 2024.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixará o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções, observado que o preço de exercício nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Cada opção de compra de ações dará direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Sem prejuízo do disposto acima, durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções. Caso o beneficiário não tenha os recursos necessários para custear o exercício das opções, será facultada a venda das ações necessárias para pagar o exercício das opções mais os custos e impostos incidentes. A quantidade de ações sujeitas à restrição de venda será calculada conforme os termos e condições estabelecidos no plano.

Os contratos de opção serão celebrados individualmente com cada beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser oportunamente divulgado pelo Conselho de Administração.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações será determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 ponderada pelo volume de negociação nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do IPCA ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções tornar-se-ão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga das opções e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do primeiro aniversário da data de outorga;
- (b) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do segundo aniversário da data de outorga;
- (c) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do terceiro aniversário da data de outorga; e
- (d) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do quarto aniversário da data de outorga.

As opções serão exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completar o sexto aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O Plano de Opção de Compra de Ações entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral. O término de vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele, tampouco a validade de eventuais opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações e da vedação à alienação mencionada no item “h” acima e “l” abaixo.

(h) forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

(i) restrições à transferência das ações

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções.

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência, em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O Plano de Opção de Compra de Ações poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações, as regras previstas para a saída por desligamentos da Companhia são as seguintes:

1. Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante (i) demissão por justa causa, como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho; ou (ii) destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como as previstas nos art. 153 a 157 da Lei das Sociedades por Ações e suas posteriores alterações; ou (iii) desídia do beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; ou (iv) condenação penal relacionada a crimes dolosos; ou (v) a prática, pelo beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; ou (vi) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; ou (vii) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; ou ainda (viii) descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis ao beneficiário, como administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2) Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance – Aprovado em AGOE de 08 de abril de 2015 e alterado em AGOE de 26 de abril de 2017, AGE de 25 de maio de 2018, AGOE de 29 de abril de 2019, e AGOE de 27 de abril de 2021

(a) termos de condições gerais

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2021, tem como público elegível os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários, diretores não estatutários e gerentes executivos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, somente poderão receber outorgas de ações restritas da Companhia na qualidade de diretores.

Anualmente, são realizadas concessões por deliberação do Conselho de Administração, com período total de *vesting* de 03 (três) anos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, tivemos em junho o *vesting* da 1ª parcela da outorga de 2023, com transferência de 1.160.051 ações, e em julho, o *vesting* da 2ª e 3ª parcela das outorgas de 2022 e 2021, respectivamente, com transferência de 500.657 ações.

O instrumento do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance consiste na outorga de ações restritas/ações por performance aos participantes, ações estas, que são transferidas aos beneficiários mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 2.h abaixo.

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

A aprovação da lista dos participantes e do número de ações a serem outorgadas será determinada pelo Conselho de Administração anualmente e estará vinculado à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Os participantes do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance deverão celebrar com a

Companhia contratos individuais de outorga de ações restritas, através do qual o participante adquire o direito de outorga de ações restritas da Companhia, conforme critérios descritos acima, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando o disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, bem como respeitando os limites da remuneração global dos administradores ser assessorado pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e/ou outro grupo/colegiado, por ele definido. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá optar por outorgar aos Beneficiários parte ou a totalidade das Ações Restritas a que façam jus sob a forma de ADRs lastreados em ações de emissão da Companhia, observado o número máximo de ações abrangidas pelo plano, assim como as eventuais restrições e procedimentos previstos na legislação e na regulamentação aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2021.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 42.061.831 ações em 31 de dezembro de 2024.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

(e) condições de aquisição de ações

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridos se: os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia, pelo período que venha a ser definido pelo Conselho de Administração e estabelecido em cada Contrato de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas ações restritas líquidas, ou transferirá o montante financeiro equivalente, sem contra partida pelo beneficiário.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a quaisquer condições que entender convenientes, bem como impor restrições à sua transferência, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

Sem prejuízo de outras condições que o Conselho de Administração entender convenientes, a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas poderá, a critério do Conselho de Administração, ser subordinada, total ou parcialmente, à verificação do atingimento, pela Companhia, de determinados índices de desempenho. A forma de apuração dos índices desempenho e seus efeitos na aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas serão definidos pelo Conselho de Administração e deverão ser refletidos nos Contratos de Outorga.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As Ações Restritas/Ações por Performance serão outorgadas sem custo ao beneficiário, nos termos e condições acima descritos.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os direitos dos beneficiários em relação às Ações Restritas/Ações por Performance somente serão plenamente adquiridos, se verificadas, as condições descritas no item “e” acima. A fixação do prazo de exercício será definida pelo Conselho de Administração da Companhia e estabelecido em cada Contrato de Outorga, levando em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários. O Conselho de Administração poderá estabelecer, ainda, o pagamento do referido montante em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Contrato de Outorga.

(i) restrições à transferência das ações

Enquanto os direitos às ações restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item “e” acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

O Conselho de Administração também poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas/Ações por Performance, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

(j) critério e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das ações, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da assembleia geral da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração em ações

Exceto se de outra forma definido pelo Conselho de Administração e estabelecido nos respectivos Contratos de Outorga, nas hipóteses de desligamento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5. Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0
Esclarecimento	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	-
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEQUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0	0	0	0
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0	0	0

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,25*	8,00	3,00	20,25
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações	-
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEQUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0,00
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEQUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0,00
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEQUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				

Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não houve a outorga de opções de compra de ações e não há previsão de outorga para o exercício corrente.

8.7 - Opção em aberto

Em 31 de dezembro de 2024, não havia opções de compra de ações em aberto detidas pelo conselho de administração e diretoria estatutária.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não houve opções exercidas e ações entregues ao conselho de administração e diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Exercício Social corrente, a ser encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,25*	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A
<small>* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</small>		

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Não haverá diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários, pois eventuais outorgas serão realizadas mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria, conforme prevê o Plano de Ações Restritas da Companhia.

8.10 - Outorga de ações

Exercício Social corrente, a ser encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,25**	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	01/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	722.034
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	25,36
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	18.310.775

*Considerado preço da ação no fechamento do dia 30/12/2024.

** De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,25*	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	01/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.044.281
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	16,35
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	17.073.994

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	01/06/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	2.155.759
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	7,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	15.909.501

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00
Data de outorga		01/07/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.306.046
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/07/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	14,11
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	18.428.309

8.11 - Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,25*	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00
Nº de ações	0,00	1.133.945	0,00
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	10,26	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	19,64	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	(10.640.753,80)	0,00
Esclarecimento	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2024.	-	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2024.

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00
Nº de ações	0	220.473	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	19,36	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	8,83	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	2.321.580,69	0,00
Esclarecimento	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2023.		Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2023

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00	3,00
Nº de ações	33.497	523.124	0
Preço médio ponderado de aquisição	30,61	26,20	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	15,34	14,99	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	511.499,19	5.864.220,04	0,00
Esclarecimento	-	-	-

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

Planos de Opção de Compra de ações: Para a precificação utiliza-se o modelo *Black-Scholes- Merton*.

Planos de Ações Restritas com outorgas anteriores a outubro 2018: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento do pregão da data de outorga das ações.

Planos de Ações Restritas com outorgas após outubro 2018, inclusive: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de outorga das ações.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Planos de Opção de Compra de ações

Considerando que os valores relativos ao ciclo de outorgas consideram as outorgas realizadas até a data de elaboração da presente Proposta da Administração, foram utilizadas as seguintes premissas para a precificação das opções alvo dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia:

- Preço da ação: utilizado o preço de fechamento do pregão anterior à data de outorga (B3 - ticker BRFS3);
- Preço de exercício: resultado da média do preço de fechamento do pregão (B3 – ticker BRFS3) dos últimos 20 pregões anteriores à data de outorga das opções, corrigido pelo IPCA;
- Prazo de vida opção: As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo.
 - 1) Plano de Opção de Compra de Ações vigente, aprovado em AGOE de 08 de abril de 2015 e modificado em AGOE de 27 de abril de 2020: (a) até 1/4 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/4 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) até 3/4 do total das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; (d) a totalidade das opções poderão ser exercidas após quatro anos da assinatura do contrato de outorga; e (e) o prazo máximo seis anos após a outorga para exercício das opções;
 - 2) Plano de Opção de Compra de Ações (Performance *Stock Options*) descontinuado em 31 de março de 2015: as opções se tornarão exercíveis, após um prazo de carência de, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 24 meses, contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia;
- Taxa Livre de Risco: como taxa Livre de risco é considerada a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) disponível na data da precificação e com vencimento equivalente à vida da opção;
- Taxa de dividendos: é considerado histórico de pagamento de dividendos da Companhia nos últimos dois anos; e
- Volatilidade das ações nominais de emissão da Companhia: A Companhia utiliza-se da volatilidade ponderada do histórico das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável às modelagens ou premissas de cálculo, pois, diferentemente das opções de ações, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Após essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Planos de Opção de Compra de ações:

Conforme metodologia de precificação das opções alvo (*Black-Scholes-Merton*) e das características dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, não são utilizadas premissas para incorporar efeitos de exercício antecipado.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada Planos de Opção de Compra de ações:

A Companhia utiliza-se da volatilidade histórica das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Planos de Opção de Compra de ações:

Não aplicável.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável.

8.13 - Participações detidas por órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas pelos administradores e conselheiros fiscais, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

Sociedade	Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
BRF S.A.	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	4.300	325.099	29.400	358.799
BRF S.A.	ADRs com lastro em Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	-	-	-	-
Marfrig Global Foods Sa.	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	618.281.980	279.588	922.927	619.494.495

8.14 - Planos de previdência

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	9,00	1,00	5,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome de plano	N/A	Plano de Benefícios II (fechado para novas adesões)	Plano de Benefícios III (aberto para novas adesões)	Plano de Benefícios FAF (fechado para novas adesões)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0,00	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	55 anos de idade completos; 3 anos de serviço creditado (participação no plano); Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	55 anos de idade completos; 3 anos de serviço creditado (participação no plano); Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	Ter cumprido o prazo de 10 anos de contribuição para o plano; Estar em gozo de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição concedido pelo Regime Oficial de Previdência; Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$1.151.321,24	R\$2.987.677,67	N/A
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$115.845,50	R\$619.246,69	0
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício

¹ Preenche as condições, porém, é necessário que ocorra o término do vínculo empregatício.

² Valor total das contribuições de patrocinadora (desde a adesão ao Plano) acrescido da rentabilidade.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	9,25*	10,00	10,00	3,00	3	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	9,25*	10,00	10,00	3,00	3	3,00
Valor da maior remuneração Real	25.691.025,00	13.294.164,72	8.665.000,00	3.534.000	780.000,00	2.849.000,00	226.500,00	216.000,00	213.000,00
Valor da menor remuneração Real	7.488.815,00	4.345.070,96	2.536.000,00	843.000	780.000,00	585.000,00	226.500,00	186.000,00	140.000,00
Valor médio da remuneração Real	11.003.047,38	6.265.900,43	3.568.000,00	926.750	780.000,00	585.000,00	138.100,00	196.000,00	164.000,00

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para a maior remuneração individual o tempo de trabalho foi de 9 meses.	-

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2022	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foi considerado o período de abril a dezembro e apenas os membros eleitos em 2022. Para a maior remuneração individual, o tempo de trabalho foi de 4 meses.	-

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2022	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foi considerado o período de abril a dezembro e apenas os membros eleitos em 2022.	-

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia celebrou determinados acordos contratuais com certos diretores os quais preveem o pagamento de indenização ao administrador como forma de compensação pela vedação da prática de atos considerados de concorrência com a Companhia. Tal mecanismo tem por objetivo reduzir os impactos financeiros do administrador em razão das limitações aplicadas em seu campo profissional, em razão da celebração do contrato. Caso a indenização se torne devida, não haverá impactos financeiros relevantes para a Companhia.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2022	Exercício social encerrado em 31/12/2023	Exercício social encerrado em 31/12/2024	Previsão para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31/12/2025
Conselho de Administração	16,00%	30,00%	58,59%	64,67%
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	23,90%	32,52%

8.18 - Remuneração - Outras funções

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, um membro do Conselho de Administração desempenhou uma função executiva em uma das empresas controladas pela Companhia, recebendo um total de R\$492 mil em remuneração e benefícios.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Nos últimos três exercícios sociais não houve remuneração de administradores, recebidas em função do exercício do cargo na BRF, bem como não há previsão para o exercício social corrente, que tenham sido reconhecidas no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de companhias sob controle comum e de controladas da BRF.

Por outro lado, a remuneração de administradores não relacionada ao exercício de cargo na BRF reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de companhias sob controle comum e de controladas da BRF é demonstrada no quadro abaixo:

Exercício social previsto: 31.12.2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	7.057.200,39	0,00	261.494,76	7.318.695,14
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social: 31.12.2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	6.732.042,72	0,00	249.446,49	6.981.489,21
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

BRF S.A.

**Anexo IV – Informações sobre candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal
(Itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022)**

7.3. Composição e experiência profissional do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos	Membro independente		
Antonio Mathias Nogueira Moreira	06/05/1978	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGO de 2026
906.527.465-00	Gestor financeiro	C.F. (Suplente)	28/03/2024	Sim
Não	28/03/2024	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos	Membro independente		
Ricardo Florence dos Santos	26/02/1955	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGO de 2026
812.578.998-72	Engenheiro Químico e Administrador	C.F. (efetivo)	28/03/2024	Sim
Não	28/03/2024	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos	Membro independente		
Alexandre Eduardo de Melo	24/12/1976	Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGO 2026
261.179.768-44	Contador	C.F. (Efetivo)	28/03/2024	Sim
Não	28/03/2024	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
------	--------------------	---------------------	-----------------	------------------

CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos	Membro independente		
Attilio Guaspari	20/10/1946	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGO 2026
610.204.868-72	Engenheiro civil	C.F. (Suplente)	28/03/2024	Não
Não	29/04/2005	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos	Membro independente		
Marco Antônio Peixoto Simões Velozo	04/11/1967	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGO 2026
942.753.277-72	Auditor	C.F. (Efetivo)	28/03/2024	Não
Não	28/03/2022	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos	Membro independente		
José Luiz de Souza Gurgel	12/05/1966	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGO de 2026
918.587.207-53	Economista e Contador	C.F. (Suplente)	28/03/2024	Sim
Não	28/03/2024	N/A		

Antonio Mathias Nogueira Moreira – 906.527.465-00

O Sr. Antonio é graduado em Gestão Financeira pela Universidade Católica de Brasília – UCB, pós-graduado em Gestão de Pessoas na Faculdade Anísio Teixeira – FAT, possui um *Master in Business Administration* em Governança, Gestão de Riscos e Compliance pelo Centro de Estudo em Direito e Negócios – CEDIN. Atua como Presidente do Conselho de Administração da Empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (INFRA S.A.) por indicação do Ministério de Transportes e é Membro do Comitê Estratégico de Negócios da Empresa ELO Serviços S.A. por indicação da CAIXA Cartões Holding S.A. e é Diretor Executivo de Governança, Integridade e Riscos na Caixa Cartões Holding S.A.

Ricardo Florence dos Santos – 812.578.998-72

O Sr. Ricardo Florence dos Santos. O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 69 anos, atua como membro do Conselho Fiscal da Marfrig desde 2020, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre

2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023).

Alexandre Eduardo de Melo - 261.179.768-44

O Sr. Alexandre Eduardo De Melo, contador, formado pela Universidade de São Paulo - USP e filiado ao Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, Brasil. Pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade São Judas em São Paulo, Brasil. Atua como consultor financeiro, contábil e tributário, prestando serviços no Brasil, Estados Unidos e União Europeia. Foi Diretor Financeiro da Agropecuária Jacarezinho entre 2016 e 2019 e Diretor de Controladoria da Marfrig Global Foods S.A. de 2005 a 2013, com mais de 20 anos de experiência em controladoria, finanças e contabilidade. Forte experiência em estruturas financeiras como bond, senior notes, *Initial Public Offering - IPO, Follow On*, pecuária e custeio agrícola. Forte experiência no suporte de relatórios financeiros para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil. Atuou em processos de IPO, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Foi Auditor e Consultor Fiscal Sênior da BDO Auditores e Consultores Independentes entre 2000 e 2004. Grande experiência no suporte aos auditores independentes, com experiência em análise de demonstrações financeiras e sólidos conhecimentos em fechamento contábil e consolidação dos relatórios financeiros de acordo com as normas do International Financial Reporting Standards - IFRS.

Attilio Guaspari – 610.204.868-72

O Sr. Attilio é graduado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP e mestre em Ciências da Administração pela UFRJ. Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Presidente do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Perdigão e da BRF, com a designação de especialista financeiro do comitê de auditoria. Possui vasta experiência no cargo de Diretor de Auditoria Interna, como Diretor Financeiro e membro de conselhos de administração. O Sr. Attilio não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo 108 administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Attilio declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta. O Sr. Attilio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antônio Peixoto Simões Velozo – 942.753.277-72

O Sr. Marco Antônio Peixoto Simões Velozo é formado em ciências econômicas e ciências contábeis pelas Faculdades Integradas Cândido Mendes, e conta com um MBA em finanças corporativas pelo IBMEC. Possui extensa experiência como assistente técnico de disputas judiciais e em arbitragens (como assistente técnico ou como perito do Tribunal Arbitral, no CBMA e na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem) e exerce a função de auditor independente de empresas desde 1989. O Sr. Marco Antônio é sócio fundador da Vértice Auditoria, onde é responsável pela área técnica e metodologia de auditoria. O Sr. Marco Antônio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Luiz de Souza Gurgel - 918.587.207-53

O Sr. José Luiz de Souza Gurgel é graduado em Economia pela UERJ; e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade, fez pós-graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes e mestrado em Ciências Contábeis (2018) pela FUCAPE-RJ. Atualmente, é membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A., função que exerce desde 2022. Desde 2022 preside o Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil – INB, bem como é membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da mesma empresa. Desde 2024, é presidente do Comitê de Auditoria Estatutário da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Nos anos de 2021 e de 2022 foi membro do Conselho Fiscal do Grupo SOMA. Com 30 anos de experiência como auditor independente, entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. Entre julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO;

integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Entre 2004 e 2008, foi sócio líder do escritório da BDO do Rio de Janeiro.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antonio Mathias Nogueira Moreira	
N/A	N/A
Ricardo Florence dos Santos	
N/A	N/A
Alexandre Eduardo de Melo	
N/A	N/A
Attilio Guaspari	
N/A	N/A
Marco Antônio Peixoto Simões Velozo	
N/A	N/A
José Luiz de Souza Gurgel	
N/A	N/A

7.4. Composição dos Comitês

Não aplicável.

7.5. Relações familiares

Não Aplicável. Os candidatos a membros do Conselho Fiscal não possuem qualquer uma das relações mencionadas neste Item 7.5.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

O Sr. José Luiz de Souza Gurgel e o Sr. Ricardo Florence dos Santos são membros do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A.